

TENCO SHOPPING CENTERS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 03.065.552/0001-76

1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Permanecemos a disposição para eventuais esclarecimentos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.940	15.129	7.874	22.412
Contas a receber	6	7.069	2.585	2.790	36.015
Impostos a recuperar		63	5.515	3.618	3.107
Adiantamentos		319	2.391	9	1.356
Outros ativos circulares		471	477	307	2.624
Total dos ativos circulares		14.862	26.097	14.598	65.714
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.799	2.202	2.751	13.343
Contas a receber	6	-	-	-	24.438
Créditos com partes relacionadas	7	105.878	50.539	34.231	83.526
Impostos a recuperar		4.131	-	-	4.131
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	249.610	310.749	164.082	3.347
Outros ativos não circulares		13	243	17	2.238
Investimentos	8	396.582	365.161	271.991	11.849
Propriedades para investimento	9	2.000	2.000	2.000	1.440.825
Imobilizado	10	1.816	1.793	1.457	47.899
Ágio	8	-	-	-	48.429
Intangível	7 e 11	4.252	5.553	889	7.457
Total dos ativos não circulares		767.081	738.240	477.418	1.687.482
				1.391.548	1.032.326

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	2.007	1.666	923	26.064
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	57.543
Salários e encargos sociais	14	6.403	6.210	4.154	8.912
Impostos, taxas e contribuições	15	2.061	1.873	678	12.233
Subvenções governamentais	16	-	-	-	594
Receitas diferidas	17	3.360	3.736	-	5.589
Adiantamentos recebidos de clientes	18	-	-	-	1.061
Impostos parcelados	19	328	322	322	967
Obrigações por compra de investimentos	20	6.626	20.573	25.418	6.626
Outros passivos circulares		-	-	4	967
Total dos passivos circulares		20.785	34.380	31.499	119.589
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	761.767
Impostos diferidos	21	-	-	-	19.175
Receitas diferidas	17	3.477	6.878	9.327	14.002
Adiantamentos recebidos de clientes	18	-	-	-	3.816
Subvenções governamentais	16	-	-	-	24.913
Impostos parcelados	19	3.756	3.540	3.814	11.398
Provisão para riscos	22	144	1.357	2.163	2.751
Obrigações por compra de investimentos	20	36.516	32.653	53.643	56.685
Provisão para perda com controladas	8	13.132	8.312	1.288	-
Débitos com partes relacionadas	7	6.599	13.994	76	4.034
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	87.869	34	-	92.497
Outros passivos não circulares		92	26	27	105
Total dos passivos não circulares		151.585	66.794	70.338	991.143
Total dos passivos		172.370	101.174	101.837	1.110.732
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social	23.a	1.028.299	938.259	567.531	1.028.299
Reserva de reavaliação em controladas		10.000	10.000	10.000	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	23.b	(54.287)	(33.894)	(26.409)	(54.287)
Ações em tesouraria	23.c	(2.328)	(2.328)	-	(2.328)
Prejuízos acumulados		(372.111)	(248.874)	(160.943)	(372.111)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		609.573	663.163	390.179	609.573
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	32.891
Total do patrimônio líquido		609.573	663.163	390.179	642.464
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		781.943	764.337	492.016	1.753.196

TOTAL DOS ATIVOS 781.943 764.337 492.016 1.753.196 1.457.494 1.075.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	24	17.898	16.579	83.377	61.356
CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS	25	(7.287)	(14.682)	(65.966)	(57.580)
LUCRO BRUTO		10.611	1.897	17.411	3.776
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	25	(28.265)	(31.555)	(88.729)	(79.677)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	26	(1.238)	1.433	978	1.545
Ganho (perda) com investimentos		-	-	-	234
Resultado da equivalência patrimonial	7	(115.151)	(61.552)	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(134.043)	(89.777)	(70.340)	(74.122)
RESULTADO FINANCEIRO	27	10.806	1.846	(62.563)	(31.101)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(123.237)	(87.931)	(132.903)	(105.223)
Imposto de renda e contribuição social correntes:					
Correntes	28	-	-	(1.723)	(977)
Diferidos		-	-	(2.831)	723
		-	-	(4.554)	(254)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(123.237)	(87.931)	(137.457)	(105.477)
Resultado atribuível a:					
Participação do controlador		-	-	(123.237)	(87.931)
Participações dos acionistas não controladores		-	-	(14.220)	(17.546)
		-	-	(137.457)	(105.477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	(123.237)	(87.931)	(137.457)	(105.477)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(123.237)	(87.931)	(137.457)	(105.477)
Resultado abrangente total atribuído a:				
Proprietários da controladora	-	-	(123.237)	(87.931)
Participações não controladoras	-	-	(14.220)	(17.546)
Resultado abrangente total do exercício	-	-	(137.457)	(105.477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital - Ágio na subscrição de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Sub-total do patrimônio líquido	Participação de minoritários	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015 (REAPRESENTADOS)	567.531	10.000	(26.409)	-	(160.943)	390.179	33.932	424.111
Capital Integralizado	370.728	-	-	-	-	370.728	6.117	376.845
Transações com acionistas	-	-	(7.485)	-	-	(7.485)	6.546	(939)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(87.931)	(87.931)	(12.107)	(100.038)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	-	-	-	(2.328)	-	(2.328)	-	(2.328)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	(2.328)	-	(2.328)	-	(2.328)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (REAPRESENTADOS)	938.259	10.000	(33.894)	(2.328)	(248.874)	663.163	34.488	697.651
Capital Integralizado	90.040	-	-	-	-	90.040	10.539	100.579
Transações com acionistas	-	-	(20.393)	-	-	(20.393)	2.084	(18.309)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(123.237)	(123.237)	(14.220)	(137.457)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.028.299	10.000	(54.287)	(2.328)	(372.111)	609.573	32.891	642.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 1988, a Tenco Shopping Centers S.A. ("Tenco" ou "Companhia") completou 28 anos de mercado em 2016, com inúmeros lançamentos de sucesso e projetos pioneiros no setor. Atuale há mais de doze anos no segmento de shopping centers, a Companhia tem como objetivos: (i) a participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no país ou no exterior; (ii) o desenvolvimento, avaliação técnica e econômica, comercialização e gestão de projetos imobiliários, inclusive shopping centers; e (iii) a realização de estudos e projetos na área de engenharia e construção civil. Desse modo, a Companhia desenvolve, gerencia, comercializa e administra shopping centers em todo o Brasil e ficou conhecida pela ousadia, criatividade e inovação em seus projetos, desenvolvendo, gerenciando, comercializando e administrando mais de 22 shopping centers ao longo de sua história. Em 21 de junho de 2011, a Companhia foi transformada de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada em sociedade anônima de capital fechado sendo que, em julho do mesmo ano, o Pátria Investimentos, por meio da Private Equity II Investimentos e Participações S.A., hoje Shoppings do Brasil Investimentos e Participações S.A., passou a ser acionista da Companhia, tendo desde então investido significativo montante de recursos para desenvolvimento de novos projetos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia inaugurou os shoppings "Via Café Garden Shopping", "Juá Garden Shopping" e "Bragança Garden Shopping", enquanto que em 2015 foi inaugurado o "Cinema de Roraima", e constituídos os empreendimentos "T-Brands Comercialização de Imóveis Ltda." e "T8 Manutenção de Equipamentos e Energia Ltda.". Adicionalmente, em 10 de março de 2016, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Sociedade TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A., que desenvolve e explora o shopping Jaraguá do Sul Park Shopping e o estacionamento Jaraguá do Sul Garden Estacionamento e Eventos Ltda. A Companhia detém participação direta e indireta, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nos seguintes empreendimentos:

Empreendimento	Sigla	Localização	% de Participação em	
			31/12/2016	31/12/2015
			Reapresentado	Reapresentado
Amapá Garden Shopping S.A.	AGS	Macapá/AP	49,82%	49,82%
Amapá Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (***)	EAGS	Macapá/AP	99,90%	0,00%
Anchieta Garden Estacionamento e Eventos Ltda.	EANC	Belo Horizonte/MG	99,90%	0,00%
Cariri Participações Ltda.	CSC	Juazeiro do Norte/CE	100,00%	100,00%
Cariri Empreendedor (*)	CRR	Juazeiro do Norte/CE	23,33%	23,33%
Lages Shopping Center S.A.	LGS	Lages/SC	70,39%	70,39%
Lages Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (****)	ELGS	Lages/SC	99,90%	0,00%
Metropolitan Garden Empreendimentos e Participações S.A.	MGS	Belém/PA	6,65%	6,65%
Partner Participações em Shopping Centers Ltda.	PARTNER	Maceió/AL	100,00%	100,00%
Pápio Arapiraca S.A.	ARA	Arapiraca/AL	50,00%	50,00%
Pápio Arapiraca Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (****)	EARA	Arapiraca/AL	99,90%	99,99%
RVG-2 Locações e Participações Ltda.	RVG2	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
T8 Manutenção de Equipamentos e Energia Ltda.	T8	Belo Horizonte/MG	100,00%	99,90%
T-Brands Comercialização de Imóveis Ltda.	T-Brands	Belo Horizonte/MG	99,00%	99,00%
Tenco Shopping Centers SCP (Cidade Administrativa)	CAS	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TJ Shopping Center S.A.	TJS	Itaquaquecetuba/SP	68,75%	68,75%
TSC Itaquá Shopping Center S.A. (**)	ITQ	Itaquaquecetuba/SP	54,25%	47,11%
TSC Bragança Paulista Shopping S.A.	BRG	Bragança Paulista/SP	100,00%	100,00%
TSC Cinema Roraima Ltda.	RRMCINE	Boa Vista/RR	100,00%	99,90%
TSC Doze Shopping Center S.A.	TSC 12	Belo Horizonte/MG	100,00%	99,99%
TSC Dezesseis Shopping Center S.A.	TSC 16	Belo Horizonte/MG	99,90%	0,00%
TSC Garanhuns Shopping Center S.A.	GRN	Garanhuns/PE	74,85%	73,10%
TSC Guarapuava Shopping Center S.A.	GRP	Guarapuava/PR	80,00%	80,00%

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido do exercício	(123.237)	(87.931)	(137.457)	(105.477)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa (aplicado nas) originado das atividades operacionais:				
Depreciações	287	299	21.607	18.103
Amortização de intangível	1.647	-	2.196	341
Ajuste de impairment	-	-	3.532	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	20.691	13.913
Constituição (reversão) de provisão para riscos	(1.213)	(806)	720	(132)
Reversão de provisão para perda em adiantamentos de fornecedores	-	-	(413)	-
Acrescimo (baixa) de obrigações por compra de investimentos	3.359	3.445	6.585	6.915
Resultado em participação societária	115.151	61.552	-	-
Juros e encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e impostos	650	(99)	52.884	28.497
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.284	254
Ganho na venda de propriedades para Investimentos	-	-	(1.006)	-
Realização de receitas diferidas	(3.736)	(4.130)	(8.206)	(10.482)
Realização de subvenção governamental	-	-	(592)	(594)
	(7.092)	(27.670)	(38.175)	(48.662)
Varição nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	(4.525)	205	(19.491)	(10.268)
Impostos a recuperar	1.321	(1.894)	4.924	(1.220)
Adiantamentos	2.072	(2.382)	2.200	(3.562)
Créditos recebidos de (concedidos a) partes relacionadas	29.127	(2.390)	(29.383)	(25.588)
Outros ativos	236	(397)	(3.659)	289
Fornecedores	341	743	(17.265)	(29.984)
Salários e encargos sociais	193	2.056	1.199	2.549
Impostos, taxas e contribuições	188	1.195	611	879
Impostos parcelados	(304)	(153)	(429)	767
Receitas diferidas	-	5.417	-	-
Adiantamentos recebidos de clientes	-	-	2.002	2.875
Outros passivos	66	(5)	108	(1.813)
	28.715	2.395	(59.183)	(65.076)

TENCO SHOPPING CENTERS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 03.065.552/0001-76

incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todos os saldos, transações, receitas, custos e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas apresentadas a seguir: **Controladas:** • Amapá Garden Shopping S.A. • Anchieta Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Cariri Participações Ltda. • Lages Shopping Center S.A. • Partner Participações em Shopping Centers Ltda. • Pátio Arapiraca S.A. • RVG-2 Locações e Participações Ltda. • Tenco Shopping Centers SCP (Cidade Administrativa). • TJ Shopping Center S.A. • TSC Bragança Paulista Shopping S.A. • TSC Cinema Roraima Ltda. • TSC Doze Shopping Center S.A. • TSC Garanhuns Shopping Center S.A. • TSC Guarapuva Shopping Center S.A. • TSC Investimentos Shopping Center S.A. • TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A. • TSC Juazeiro Shopping Center S.A. • TSC Nove Shopping Center S.A. • TSC Onze Shopping Center S.A. • TSC Quatorze Shopping Center S.A. • TSC Roraima Shopping S.A. • TSC Treze Shopping Center S.A. • TSC Via Café Shopping S.A. • T-Brands Comercialização de imóveis Ltda. • T8 Manutenção de Equipamentos e Energia Ltda. • Vega Shopping Center S.A. • Amapá Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Lages Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Pátio Arapiraca Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Jaraguá do Sul Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Bragança Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Via Café Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Via Vale Garden Estacionamento e Eventos Ltda. • Roraima Garden Estacionamento e Eventos Ltda. **Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. **Combinações de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por, quando aplicável: • ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 32 - **Impostos sobre a Renda** e CPC 33 - **Benefícios aos Empregados**; • passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com o CPC 10(R1) na data de aquisição; e • ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda, conforme CPC 31 - **Ativo Não Circulante Mantido para Venda** e Operação Descontinuada são mensurados conforme essa Norma. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o CPC 38 ou CPC 25 - **Provisões**. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que o Grupo adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICP - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **2.3.3. Investimentos em coligadas:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela do Grupo no prejuízo de uma coligada excede a participação do Grupo naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido do Grupo na coligada), o Grupo deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada. Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As

exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento do Grupo em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1) - **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado. Quando uma empresa do Grupo realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas ao Grupo. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora e de suas controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que ela opera). Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **2.6. Contas a receber de clientes:** Incluem os aluguéis a receber, bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso (CDU) dos lojistas do Shopping Center. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para créditos de realização duvidosa (*impairment*). A administração da Companhia considera a referida provisão como suficiente para cobrir perdas identificadas. **2.7. Propriedades para investimento:** São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. As edificações e benfeitorias classificadas como propriedades para investimento são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial e depreciadas pelo prazo de vida útil dos ativos. **2.8. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos. **2.9. Intangível:** Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são compostos substancialmente de direito de uso de softwares. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável. As controladas registram os gastos diretos iniciais incorridos quando da captação, negociação e estruturação de novos contratos de arrendamento mercantil como ativo intangível. Tais gastos são reconhecidos com o custo operacional durante o prazo de fruição do contrato de arrendamento mercantil. **2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros "impairment":** De acordo com o CPC 01 (R1) - **Redução ao Valor Recuperável**, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e de suas controladas foram registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas controladas somente reconhecem impostos diferidos se houver expectativa de realização com base em histórico de lucros tributáveis, por esta razão não foram constituídos impostos diferidos ativos. **2.12. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **2.13. Custos de empréstimos:** Os juros sobre os empréstimos e financiamentos diretamente associados à construção e expansão dos empreendimentos são apropriados ao custo incorrido das propriedades para investimento. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. **2.14. Provisão para riscos:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.15. Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo e realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias. **2.16. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. **2.16.1. Ativos financeiros:** Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos à controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial. **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. São classificados nessa categoria se foram adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. (a) **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. (b) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor

recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável, quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período de 180 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. **2.16.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como "Outros passivos financeiros". **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **Empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pró rata temporis"*). Qualquer diferença entre os valores captais (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações financeiras. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **2.17. Reconhecimento das receitas:** Refere-se à receita com a prestação de serviços de corretagem e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial ("merchandising", receita com a prestação de serviços especializados de corretagem e assessoria de negócios imobiliários em geral, receita com a administração de obras e receita com a administração de shopping centers. Essas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. **Receitas de prestação de serviços - controladora:** As receitas de prestação de serviços da controladora são oriundas de serviços de desenvolvimento do projeto, serviços de gerenciamento, serviços compartilhados, serviços de comercialização e serviços de administração de shoppings. Substancialmente, as receitas da controladora são provenientes dos serviços prestados às suas investidas e, eventualmente, a terceiros. A Companhia possui contratos de prestação de serviços firmados com todos os empreendimentos. As receitas oriundas das prestações dos serviços de desenvolvimento e gerenciamento são reconhecidas em bases lineares, ao longo do período em que os serviços são prestados, com reconhecimento a partir dos marcos definidos pela Companhia, visto que estes serviços possuem diversas etapas e subitens de serviços, nenhuma das etapas ou subitens é muito mais significativa que as demais etapas ou subitens. **Receitas - consolidado: Locação de lojas:** Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente com base na variação da inflação definida em contrato, e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. Em contratos com lojistas na modalidade Custo Total de Operação ("CTO"), a receita de aluguel é reconhecida quando efetivamente

Balanço patrimonial	Controladora					
	31/12/2015			01/01/2015		
	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual
Ativo circulante	26.097	-	26.097	14.598	-	14.598
Ativo não circulante	748.389	(10.149)	738.240	478.046	(628)	477.418
	774.486	(10.149)	764.337	492.644	(628)	492.016
Passivo circulante	34.380	-	34.380	31.499	-	31.499
Passivo não circulante	74.335	(7.541)	66.794	70.338	-	70.338
Patrimônio Líquido	665.771	(2.608)	663.163	390.807	(628)	390.179
Total do passivo e do patrimônio líquido	774.486	(10.149)	764.337	492.644	(628)	492.016

Balanço patrimonial	Consolidado					
	31/12/2015			01/01/2015		
	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual
Ativo circulante	83.432	(17.486)	65.946	53.663	(10.951)	42.712
Ativo não circulante	1.377.479	14.069	1.391.548	1.022.758	9.568	1.032.326
	1.460.911	(3.417)	1.457.494	1.076.421	(1.383)	1.075.038
Passivo circulante	130.125	(287)	129.838	123.690	(145)	123.545
Passivo não circulante	635.622	(5.617)	630.005	527.999	(617)	527.382
Patrimônio Líquido	695.164	2.487	697.651	424.732	(621)	424.111
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.460.911	(3.417)	1.457.494	1.076.421	(1.383)	1.075.038

Demonstração do resultado	Controladora			Consolidado		
	31/12/2015			01/01/2015		
	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual
Receita líquida	16.759	-	16.759	62.748	(1.392)	61.356
Custos dos aluguéis e serviços prestados	(14.682)	-	(14.682)	(57.580)	-	(57.580)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(92.066)	(1.041)	(93.107)	(79.443)	-	(79.443)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.433	-	1.433	1.545	-	1.545
Resultado financeiro, líquido	1.846	-	1.846	(31.101)	-	(31.101)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(254)	-	(254)
Prejuízo líquido do exercício	(86.890)	(1.041)	(87.931)	(104.085)	(1.392)	(105.477)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Reserva de capital - Ágio na subscrição de ações							
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Sub-total do Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido	
	Saldos em 01de janeiro de 2014 (original)	567.531	10.000	(26.409)	(160.315)	390.807	33.925	424.732
Ajustes	-	-	-	-	(628)	(628)	-	(621)
Saldos em 01 de janeiro de 2014 (reapresentado)	567.531	10.000	(26.409)	(160.943)	390.179	33.932	424.111	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (original)	938.259	10.000	(32.955)	(2.328)	665.771	29.393	695.164	
Ajustes	-	-	-	-	(1.669)	5.095	2.487	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	938.259	10.000	(32.955)	(2.328)	663.163	34.488	697.651	

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014			31/12/2014		
	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual	Saldo anterior	Ajustes	Saldo atual
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(24.602)	-	(24.602)	(136.111)	-	(136.111)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(336.577)	24.280	(312.297)	(357.668)	24.280	(327.388)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	368.434	(24.280)	344.154	500.639	(24.280)	476.559
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	7.255	-	7.255	13.060	-	13.060

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: (i) **Redução ao valor recuperável dos ativos:** a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos imobilizados e ativos intangíveis e reconheceu ajuste de *impairment* sobre as propriedades para investimento. (ii) **Vida útil e valor residual das propriedades para investimentos e dos bens do imobilizado:** a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado das propriedades para investimentos e dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos. (iii) **Provisões para créditos de liquidação duvidosa:** a Companhia e suas controladas registra esta provisão com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios utilizados pela Companhia são: • Locação de lojas - 100% dos saldos vencidos há mais de 180 dias (180 dias em 2015) e análise individual, independente do prazo de vencimento, para todos os lojistas considerados na provisão. • Cessão de direitos de uso - 100% dos saldos vencidos há mais de 180 dias (180 dias em 2015) e análise individual, independente do prazo de vencimento, para todos os lojistas considerados na provisão. • Créditos com associações e condomínios: 80% (60% em 2015) dos valores em aberto. (iv) **Provisões para contingências:** a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (v) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração premissas de mercado, tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico e do mercado específico em que a Companhia atua, entre outros fatores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Controladora não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, por considerar o regime de tributação adotado em conjunto da avaliação sobre a existência de evidências positivas prováveis de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. (vi) **Receita diferida:** nos contratos de cessão de direito de uso - CDU, firmados entre as controladas da Companhia e os lojistas de seus empreendimentos, a receita é diferida e apropriada ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel. O prazo para diferimento das receitas

TENCO SHOPPING CENTERS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 03.065.552/0001-76

4

Investimentos em 31/12/2015								Ganho (perda) em transações de investimentos		Investimentos em 31/12/2016		Investimentos em 31/12/2014						
Descrição	em 31/12/2015	Aportes de capital	Combinação de negócios	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Transferência para ágio		Outros	em 31/12/2016	Descrição	em 31/12/2014	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Perda em transações com acionista	Investimentos em 31/12/2015		
Investimentos por equivalência patrimonial:																		
Amapá Garden Shopping S.A.	44.079	-	-	(3.503)	-	-	-	-	40.576	Amapá Garden Shopping S.A.	47.381	-	(3.302)	-	-	-	44.079	
Cariri Participações Ltda.	8.153	265	-	1.472	(1.483)	-	-	-	8.407	Cariri Participações Ltda.	7.189	206	1.453	(695)	-	-	8.153	
Lages Shopping Center S.A.	(1.449)	-	-	(8.613)	-	-	-	-	(10.062)	Lages Shopping Center S.A.	7.873	-	(9.322)	-	-	-	(1.449)	
Partner Partic. Shopping Center Ltda.	28.855	-	-	(1.611)	-	-	-	-	27.244	Partner Partic. Shopping Centers Ltda.	30.820	-	(1.965)	-	-	-	28.855	
Pátio Arapiraca S.A.	37.591	-	-	(2.115)	-	-	-	-	35.476	Pátio Arapiraca S.A.	16.514	23.947	(2.870)	-	-	-	37.591	
RVG-2 Locações e Participações Ltda.	19.607	-	-	(6.052)	-	-	-	-	13.555	RVG-2 Locações e Participações Ltda.	25.600	-	(5.993)	-	-	-	19.607	
SCP Tenco Shopping Centers S.A.	(181)	-	-	373	-	-	-	-	192	SCP Tenco Shopping Centers S.A.	2.538	-	(2.719)	-	-	-	(181)	
TJ Shopping Center S.A.	2.187	1.689	-	(1.365)	-	-	-	(991)	1.520	TJ Shopping Center S.A.	1.388	6.854	(252)	-	-	(5.803)	2.187	
TSC Bragança Paulista Shopping S.A.	5.046	-	-	300	-	-	-	-	5.346	TSC Bragança Paulista Shopping S.A.	7.049	20	(2.023)	-	-	-	5.046	
TSC Doze Shopping Center S.A.	(42)	396	-	(430)	-	-	-	-	(76)	TSC Doze Shopping Center S.A.	(9)	10	(43)	-	-	-	(42)	
TSC Garanhuns Shopping Center S.A.	13.852	1.933	-	(611)	-	-	-	(170)	15.004	TSC Garanhuns Shopping Center S.A.	9.512	5.614	(739)	-	-	(535)	13.852	
TSC Guarapuava Shopping Center S.A.	6.913	-	-	(498)	-	-	-	-	6.415	TSC Guarapuava Shopping Center S.A.	7.880	-	(967)	-	-	-	6.913	
TSC Juazeiro Shopping Center S.A.	27.526	1.843	-	(23.784)	-	-	-	(922)	4.663	TSC Juazeiro Shopping Center S.A.	13.780	18.294	(4.340)	-	-	(208)	27.526	
TSC Nove Shopping Center S.A.	7.741	-	-	(10.309)	-	-	-	-	(2.568)	TSC Nove Shopping Center S.A.	10.902	-	(3.161)	-	-	-	7.741	
TSC Onze Shopping Center S.A.	(286)	287	-	(17)	-	-	-	-	(16)	TSC Onze Shopping Center S.A.	(19)	180	(447)	-	-	-	(286)	
TSC Quatorze Shopping Center S.A.	(60)	63	-	(14)	-	-	-	-	(11)	TSC Quatorze Shopping Center S.A.	(9)	114	(165)	-	-	-	(60)	
TSC Roraima Shopping S.A.	87.458	-	-	(11.739)	-	-	-	-	75.719	TSC Roraima Shopping S.A.	28.053	72.194	(12.789)	-	-	-	87.458	
TSC Investimentos Shopping Center S.A.	(2)	5	-	(4)	-	-	-	-	(1)	TSC Investimentos Shopping Center S.A.	(9)	9	(2)	-	-	-	(2)	
TSC Via Café Shopping S.A.	24.688	-	-	(11.578)	-	-	-	-	13.110	TSC Via Café Shopping S.A.	(1.242)	33.181	(1.312)	-	-	(5.939)	24.688	
Vega Shopping Center S.A.	(6.292)	99.843	-	(18.683)	-	-	-	(18.309)	56.559	Vega Shopping Center S.A.	4.459	-	(10.751)	-	-	-	(6.292)	
TSC Cinema Roraima Ltda.	411	2	-	(286)	-	-	-	-	(123)	TSC Cinema Roraima Ltda.	-	250	161	-	-	-	411	
TSC Treze Shopping Center S.A.	1	2	-	(6)	-	-	-	-	(3)	TSC Treze Shopping Center S.A.	-	4	(3)	-	-	-	1	
TSC Jaraguá do Sul Shopping S.A.	-	-	31.433	(10.482)	-	(5.056)	-	-	15.895	Investimento ao custo:	7.680	-	-	-	-	-	7.680	
T-Brands Comercialização de Imóveis Ltda.	-	1	-	(267)	-	-	-	-	(266)	Metropolitan Garden Empreend. e Part. S.A.	227.330	160.877	(61.551)	(695)	(12.485)	-	313.476	
T8 Manutenção de Equipamentos e Energia Ltda.	-	21.946	-	(5.322)	-	-	-	-	16.624									
Anchieta Garden Estacionamentos e Eventos Ltda.	-	1	-	(7)	-	-	-	-	(6)									
Investimento ao custo:																		
Metropolitan Garden Empreend. e Part. S.A.	7.680	4.169	-	-	-	-	-	-	11.849									
	313.476	132.445	31.433	(115.151)	(1.483)	(5.056)	(20.393)	(250)	335.021									
Ágio																		
Lages Shopping Center S.A.	5.145	-	-	-	-	-	-	-	5.145	Ágio	5.145	-	-	-	-	-	5.145	
Partner Partic. Shopping Centers Ltda.	16.098	-	-	-	-	-	-	-	16.098	Partner Partic. Shopping Centers Ltda.	16.098	-	-	-	-	-	16.098	
Pátio Arapiraca S.A.	2.922	-	-	-	-	-	-	-	2.922	Pátio Arapiraca S.A.	12.512	-	-	-	-	-	2.922	
RVG-2 Locações e Participações Ltda.	12.512	-	-	-	-	-	-	-	12.512	RVG-2 Locações e Participações Ltda.	6.696	-	-	-	-	-	6.696	
Vega Shopping Center S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.785	Vega Shopping Center S.A.	43.373	-	-	-	-	-	43.373	
TSC Jaraguá do Sul Shopping S.A.	-	-	-	-	-	5.056	-	-	48.429									

Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas em 31 de dezembro de 2016 são apresentados como segue:

Participações diretas	Participações diretas													Participações indiretas					
	AGS (*)	ARA (*)	BRG (*)	CAS	CSC (*)	GRN (*)	GRP (*)	JUA (*)	JRS (*)	LGS (*)	PARTNER	RRM (*)	RRMCINE	ITQ (*)	EARA (*)	ELGS (*)	EVVS (*)	ERRM (*)	
Ativo circulante	8.710	8.166	69	636	3.138	313	280	3.524	3.080	2.456	7	7.209	387	11.181	660	8	56	112	
Ativo não circulante	174.344	182.782	6.336	2.528	22.539	20.553	22.594	121.934	121.253	108.500	27.405	167.624	729	113.426	21	6	76	42	
Total do ativo	183.054	190.948	6.405	3.164	25.677	20.866	22.874	125.458	124.333	110.956	27.412	174.833	1.116	124.607	681	14	132	154	
Passivo circulante	20.530	19.828	517	2.595	2.646	206	1.582	9.249	12.262	5.972	1	12.839	157	7.187	169	14	130	164	
Passivo não circulante	81.080	100.169	547	377	14.624	614	13.273	111.197	96.456	119.278	168	86.276	1.082	92.671	83	58	167	131	
Patrimônio líquido	81.444	70.951	5.347	192	8.407	20.046	8.019	5.012	15.615	(14.294)	27.243	75.718	(123)	24.749	429	(58)	(165)	(141)	
Total do passivo e do PL	183.054	190.948	6.405	3.164	25.677	20.866	22.874	125.458	124.333	110.956	27.412	174.833	1.116	124.607	681	14	132	154	
Receita líquida	9.065	10.920	-	2.175	3.465	-	-	4.441	5.912	5.779	-	6.448	3.458	-	2.267	1	3	444	
Lucro (Prejuízo) bruto	(1.719)	(4.267)	(346)	447	(2.710)	-	-	2.241	(885)	1.285	-	2.150	(910)	1.445	(1.653)	65	100	(773)	
Lucro (Prejuízo) antes resultado financeiro	(5.087)	339	314	635	2.454	(823)	(588)	(8.189)	(181)	(3.723)	(1.611)	(9.634)	(147)	(3.373)	1.645	(53)	(117)	44	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(7.279)	(4.362)	300	665	1.931	(838)	(623)	(25.537)	(10.534)	(12.236)	(1.611)	(11.739)	(249)	(2.956)	1.591	(55)	(116)	34	
Lucro (Prejuízo) líquido	(7.032)	(4.230)	300	373	1.472	(838)	(623)	(25.537)	(13.600)	(12.236)	(1.611)	(11.739)	(286)	(2.956)	1.323	(55)	(117)	(92)	
	RVG	TJS	TSC7	TSC9	TSC11	TSC12	TSC13	TSC14	VCF	VVS	TBRANDS	T8	EANC	EAGS	EJRS	EBRG	EVCF		
Ativo circulante	2	2	-	1.324	2	-	-	(3)	1.727	10.496	1.843	2.458	14	318	275	143	145		
Ativo não circulante	33.724	13.425	-	143.285	-	-	-	-	138.202	162.552	973	25.059	1	-	-	-	-		
Total do ativo	33.726	13.427	-	144.609	2	-	-	-	(3)	139.929	173.048	2.816	27.517	318	275	143	145		
Passivo circulante	1	62	-	13.556	17	76	-	8	3.814	14.383	70	504	12	191	134	59	172		
Passivo não circulante	20.170	11.154	-	133.820	1	-	4	-	121.548	102.106	3.015	10.388	9	79	40	5	-		
Patrimônio líquido	13.555	2.211	(1)	(2.567)	(16)	(76)	(4)	(11)	14.567	56.559	(269)	16.625	(6)	48	101	79	(27)		
Total do passivo e do PL	33.726	13.427	-	144.609	2	-	-	(3)	139.929	173.048	2.816	27.517	15	318	275	143	145		
Receita líquida	-	-	-	2.340	-	-	-	-	5.025	10.950	-	-	-	1.718	1.126	288	1.965		
Lucro (Prejuízo) bruto	-	870	-	842	-	-	-	-	2.238	(2.553)	153	999	1	(1.253)	(714)	(272)	(1.539)		
Lucro (Prejuízo) antes resultado financeiro	(2.826)	(1.728)	(3)	(8.107)	-	(396)	(6)	(13)	(4.168)	(5.257)	(290)	(5.310)	(2)	1.043	696	272	1.513		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(6.052)	(1.986)	(4)	(10.309)	-	(430)	(6)	(14)	(12.865)	(18.650)	(269)	(5.322)	(6)	1.016	684	272	1.496		
Lucro (Prejuízo) líquido	(6.052)	(1.986)	(4)	(10.309)	-	(430)	(6)	(14)	(12.865)	(18.650)	(269)	(5.322)	(6)	840	581	241	1.264		

Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas em 31 de dezembro de 2015 são apresentados como segue:

	AGS (R\$)	ARA (R\$)	BRG (R\$)	CAS (R\$)	CSC (R\$)	GRN (R\$)	GRP (R\$)	ITQ (R\$)	JUA (R\$)	LGS (R\$)	PARTNER (R\$)	RRM (R\$)	RRMCINE (R\$)	RVG (R\$)	TJS (R\$)	TSC7 (R\$)	TSC9 (R\$)	TSC11 (R\$)	TSC12 (R\$)	TSC13 (R\$)	TSC14 (R\$)	VCF (R\$)	VVS (R\$)	
Ativo circulante	8.898	9.744	1.395	-	2.340	4.305	660	360	716	1.690	-	3.500	11	8.676	530	2	20.152	8	-	-	1	848	12.811	
Ativo não circulante	179.817	188.618	6.755	1.751	22.449	20.534	19.664	22.645	111.065	107.182	29.013	185.586	-	508	36.550	8.620	-	96.458	-	6.500	-	-	130.928	164.893
Total do ativo	188.715	198.362	8.150	4.091	26.754	21.194	20.024	23.361	112.755	110.682	29.024	194.262	1.038	36.552	8.620	1	116.610	8	6.500	1	-	131.776	177.704	
Passivo circulante	20.653	19.023	703	3.743	2.620	237	2.666	4.152	2.481	2.398	1	12.558	119	1	19	-	9.603	32	4.950	-	-	5.691	13.814	
Passivo não circulante	79.313	102.430	2.401	529	15.981	2.007	8.716	912	81.569	110.342	168	94.246	508	-	5.421	3	99.266	261	1.592	-	61	98.653	174.375	
Patrimônio líquido	88.749	74.909	5.046	(181)	8.153	18.950	8.642	18.297	28.705	(2.058)	28.855	87.458	411	36.551	3.180	(2)	7.741	(285)	1	(60)	27.432	(10.485)		
Total do passivo e do PL	188.715	198.362	8.150	4.091	26.754	21.194	20.024	23.361	112.755	110.682	29.024	194.262	1.038	36.552	8.620	1	116.610	8	6.500	1	1	131.776	177.704	
Receita líquida	9.117	14.431	-	3.152	3.392	-	-	-	5.526	-	-	7.894	1.246	-	-	-	-	-	-	-	-	228	11.891	
Lucro (Prejuízo) bruto	(2.993)	(5.679)	-	111	(2.380)	12	496	567	2.311	1.341	-	1.970	(530)	-	-	-	1.389	-	-	-	18	1.173	(3.481)	
Lucro (Prejuízo) antes resultado financeiro	(4.112)	194	(2.015)	(1.685)	2.332	(1.002)	(1.229)	(1.529)	(4.449)	(5.548)	(2.183)	(7.424)	219	11.056	(595)	(2)	(3.960)	(445)	(5)	(2)	(164)	(3.457)	(2.649)	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(6.646)	(7.352)	(2.023)	(2.412)	1.648	(1.012)	(1.234)	(1.544)	(4.526)	(13.244)	(2.226)	(12.789)	164	11.056	(841)	(3)	(3.161)	(447)	(43)	(3)	(165)	(2.827)	(17.944)	
Lucro (Prejuízo) líquido	(6.355)	(6.920)	(2.023)	(2.719)	1.152	(1.012)	(1.234)	(1.544)	(4.526)	(13.244)	(2.226)	(12.789)	161	11.056	(841)	(3)	(3.161)	(447)	(43)	(3)	(165)	(2.827)	(17.944)	

(*) Balanços patrimoniais e demonstrações de resultados ajustados às práticas da controladora.

Os ágios referem-se aos ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura nos empreendimentos listados acima, registrados como "Investimento" na controladora. Os ágios fundamentados pela rentabilidade futura não possuem vida útil determinável e, por este motivo, não são amortizados. A Companhia testa o valor de recuperação desses ativos anualmente para fins de *impairment*. O teste de *impairment* para avaliação do ágio foi feito considerando o fluxo de caixa projetado dos shoppings que apresentam ágio quando da sua formação. No caso de mudanças nas principais premissas utilizadas na determinação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa, os ágios com vida útil indefinida alocados às unidades geradoras de caixa, somados aos valores contábeis das propriedades para investimentos (unidades geradoras de caixa), seriam menores que o valor justo das propriedades para investimentos. A companhia, baseada no teste *impairment*, verificou que não há indícios de perda, desde a última avaliação efetuada quando da apresentação das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **Combinação de negócios:** Em 2016 a Companhia adquiriu participação societária no empreendimento Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A. e nenhuma em 2015.

Nome da controlada	Atividade principal	Data da aquisição	Proporção das participações em ações com direito a voto
TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A.	Aluguel de imóveis próprio	10/03/2016	(%) 100%
Ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição:			
	Valor contábil em 10/03/2016	Alocação do valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.144	-	2.144
Contas a receber	326	-	326
Outros créditos	877	-	877
Propriedade para investimentos	107.934	9.618	117.552
Imobilizado	448	-	448
Empréstimos e financiamentos	(91.700)	-	(91.700)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(3.270)	(3.270)
Total líquido de ativos identificáveis	20.029	6.348	(26.377)
A contabilização inicial da aquisição dos ativos e passivos líquidos foi apurada considerando as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos.			
Agio apurado na aquisição:			
			10/03/2016
Contrapartidas transferidas (em caixa e obrigações por compra de investimentos)			31.433
Mais: Participações não controladoras			-
Mais: Valor justo da participação anterior			-
Menos: Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos			(26.377)
			5.056

Foi gerado ágio na aquisição considerando que o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, as contrapartidas pagas pelas combinações incluíram valores em relação aos benefícios das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão de obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Saída de caixa líquida na aquisição da controlada:	
Contrapartidas transferidas em caixa	26.100
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.144)
Efeitos da aquisição apresentados na demonstração dos fluxos de caixa	23.956

Impacto das aquisições nos resultados do Grupo: O resultado consolidado do exercício de 2016 inclui prejuízo de R\$9.874 atribuíveis aos negócios gerados pelo Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Referem-se a terrenos e benfeitorias em imóveis registrados aos valores de custo de aquisição, que não excedem os valores justos, líquidos dos custos de venda.

	Taxas anuais de depreciação % (**)	Consolidado 31/12/2016			Consolidado 31/12/2015	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor justo (*)	Reapresentado Valor residual
Tenco	-	2.000	-	2.000	-	2.000
Via Vale	2,22%	178.836	(20.414)	158.422	235.500	161.503
Via Café	2,22%	134.341	(1.912)	132.429	165.600	125.478
Cariri	2,22%	24.739	(2.801)	21.938	52.959	22.374
Roraima	2,22%	164.659	(7.259)	157.400	157.400	168.319
Itaquá	-	104.054	-	104.054	123.500	19.891
Jaraguá do Sul	2,22%	121.298	(3.542)	117.756	153.200	-
Juazeiro	2,22%	117.206	(1.763)	115.443	143.700	105.306
Garanhuns	-	17.416	-	17.416	-	17.275
Guarapuava	-	19.058	-	19.058	-	16.256
Lages	2,22%	111.286	(5.232)	106.054	157.200	106.330
Amapá	2,22%	184.034	(16.495)	167.539	184.300	171.591
Pátio Arapiraca	2,22%	189.873	(14.195)	175.678	206.300	178.728
TSC Nove	2,22%	145.869	(231)	145.638	154.700	97.196
TSC Doze	-	-	-	-	-	6.500
		1.514.669	(73.844)	1.440.825	1.734.359	1.196.747

(*) As avaliações dos valores justos das propriedades para investimento foram realizadas por especialistas externos, utilizando-se modelo proprietário considerando o fluxo de caixa descontado às taxas de desconto praticadas pelo mercado. A Administração entende que os valores justos dos empreendimentos em construção assemelham-se aos seus valores contábeis por refletirem os custos de construção incorridos até a data das demonstrações financeiras. (**) A vida útil do empreendimento foi estimada com base no percentual de depreciação anual de 2,22%. A movimentação dos saldos de propriedades para

investimentos é como segue:

	31/12/2015	Adições	Combinação de negócios	Ajuste de Impairment	Baixas	31/12/2016
	Reapresentado					
Custo de aquisição	1.245.288	169.780	109.503	(3.532)	(6.370)	1.514.669
Depreciação acumulada	(48.541)	(23.867)	(1.569)	-	133	(73.844)
	<u>1.196.747</u>	<u>145.913</u>	<u>107.934</u>	<u>(3.532)</u>	<u>(6.237)</u>	<u>1.440.825</u>
	01/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015		
	Reapresentado			Reapresentado		
Custo de aquisição	928.115	317.673	(500)	1.245.288		
Depreciação acumulada	(31.146)	(17.395)	-	(48.541)		
	<u>896.969</u>	<u>300.278</u>	<u>(500)</u>	<u>1.196.747</u>		

A Administração entende que as taxas de depreciação atualmente utilizadas refletem adequadamente as vidas úteis econômicas dos seus ativos. Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, a Administração entendeu não haver indicação de que nenhum dos seus ativos tenham sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram os fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, exceto pela provisão de *impairment* registrada na propriedade para investimento do Roraima Garden Shopping que apresentou ajuste de R\$3.532 mil.

10. IMOBILIZADO

		31/12/2016		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
Benefitorias em imóveis de terceiros	4%	1.345	(230)	1.115
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	267	(148)	119
Móveis e utensílios	10%	540	(261)	279
Computadores e periféricos	20%	844	(590)	254
Instalações comerciais	25%	2	(1)	1
Imobilizado em andamento	10%	48	-	48
Veículos	10%	51	(51)	-
		<u>3.097</u>	<u>(1.281)</u>	<u>1.816</u>

		Consolidado		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
Benefitorias em imóveis de terceiros	4%	4.310	(785)	3.525
Aparelhos de ar condicionado	4%	28.433	(254)	28.179
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	4.111	(811)	3.300
Móveis e utensílios	10%	2.659	(668)	1.991
Computadores e periféricos	20%	3.031	(1.335)	1.696
Instalações comerciais	25%	826	(148)	678
Imobilizado em andamento	10%	8.454	-	8.454
Veículos	10%	235	(159)	76
		<u>52.059</u>	<u>(4.160)</u>	<u>47.899</u>

A movimentação no exercício de 2016 (controladora e consolidado) é como segue:

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Depreciações		31/12/2016
Benefitórias em imóveis de terceiros	1.168	-	(53)		1.115
Máquinas, equipamentos e instalações	136	4	(21)		119
Móveis e utensílios	311	21	(53)		279
Computadores e periféricos	176	237	(159)		254
Instalações comerciais	2	-	(1)		1
Adiantamento de imobilizado	-	48	-		48
	<u>1.793</u>	<u>310</u>	<u>(287)</u>		<u>1.816</u>

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Combinação de negócios	Baixa depreciação	31/12/2016
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.828	852	-	(155)	3.525
Aparelhos de ar condicionado	20.441	12.109	-	(4.118)	28.179
Máquinas, equipamentos e instalações	2.432	864	448	(97)	3.300
Móveis e utensílios	2.176	293	-	(318)	1.991
Computadores e periféricos	1.918	355	-	-	1.696
Instalações comerciais	896	10.279	-	(577)	6.678
Imobilizado em andamento	1.353	7.101	-	(515)	8.454
Veículos	46	66	-	(36)	76
Equipamento de Cinema	241	-	-	(241)	-
	<u>32.331</u>	<u>31.919</u>	<u>448</u>	<u>(15.620)</u>	<u>47.899</u>

TENCO SHOPPING CENTERS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 03.065.552/0001-76

5

A Administração entende que as taxas de depreciação atualmente utilizadas refletem adequadamente as vidas úteis econômicas dos seus ativos. A Companhia monitora os aspectos estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia os valores recuperáveis de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário. Nas datas de encerramento destas demonstrações financeiras, a Administração entendeu que não havia indicação de que seus ativos tangíveis tenham sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

11. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Marcas e Patentes	-	16	16	70	70
Licenças	20%	1.329	1.295	1.797	1.533
Desenvolvimento estrutural	20%	4.115	4.115	4.115	4.115
Desenvolvimentos capitalizados	20%	439	127	439	127
Custos de comercialização (*)	-	-	-	3.573	3.176
(-) Amortização	-	(1.647)	-	(2.537)	(341)
		4.252	5.553	7.457	8.680

(*) Os custos de comercialização referem-se a gastos diretos iniciais incorridos quando da captação de novos contratos de arrendamento mercantil. A apropriação ao resultado ocorre de acordo com o prazo do contrato de aluguel. O prazo médio de amortização pode variar entre 05 e 10 anos. A movimentação no exercício de 2016 (controladora e consolidado) é como segue:

	Controladora		Amortizações do período	31/12/2016
	31/12/2015	Adições		
Marcas e Patentes	16	-	-	16
Licenças	1.295	34	(760)	569
Desenvolvimento estrutural	4.115	-	(887)	3.228
Desenvolvimentos capitalizados	127	312	-	439
	5.553	346	(1.647)	4.252

	Consolidado		Amortizações do período	31/12/2016
	31/12/2015	Adições		
Marcas e Patentes	70	-	-	70
Licenças	1.532	263	(808)	987
Desenvolvimento estrutural	4.115	-	(887)	3.228
Desenvolvimentos capitalizados	127	312	-	439
Custos de comercialização	2.836	398	(501)	2.733
	8.680	973	(2.196)	7.457

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de obras para propriedade para investimento	-	-	10.960	16.735
Fornecedores de serviços	1.623	1.087	11.728	12.038
Fornecedor de imobilizado	-	-	8	-
Retenções contratuais	-	-	349	305
Outras contas a pagar, pulverizadas	384	579	3.019	3.283
	2.007	1.666	26.064	32.361

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Empreendimento	Taxa de juros %	Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Cariri Participações	2,94% a.a.	11.825	13.114
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Pátio Arapiraca	2,94% a.a.	55.741	60.205
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Juazeiro	6,48% a.a.	72.252	-
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	Lages	TR + 9,8% a.a.	75.468	73.971
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	Via Café	TR + 9,8% a.a.	99.976	88.518
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	Via Vale	TR + 11% a.a.	102.203	110.136
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	TSC Nove	TR + 11,5% a.a.	98.409	61.830
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	Itaquá	TR + 11,5% a.a.	90.373	10
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	TSC Doze	-	-	140
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	Via Vale	-	1	-
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	Cidade Administrativa	-	29	-
Banco Bradesco S.A. – Finame	Cinema RRM	5,6% a.a.	49	-
Banco Itaú S.A. – Habitasec	Jaraguá do Sul	7,5% a.a.	90.685	-
Banco da Amazônia S.A.	Roraima	4,12% a.a.	74.671	82.968
Banco da Amazônia S.A.	Amapá	4,12% a.a.	47.628	53.177
			819.310	544.069
Circulante			57.543	35.160
Não circulante			761.767	508.909

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Pagamento		Combinação de negócios	
	31/12/2015	Adições	Juros	31/12/2016
Consolidado				
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	13.114	-	312 (1.288)	(313)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	60.205	2.208	1.475 (6.670)	(1.477)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	-	71.097	3.033	(1.878)
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	73.971	-	8.483 (567)	(6.419)
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	88.518	4.354	11.010	(3.906)
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	110.136	-	13.375 (10.072)	(11.236)
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	61.830	25.755	10.824	-
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	10	85.881	4.482	-
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	140	600	-	(740)
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	-	1.117	-	(1.117)
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A. – Finame	-	30	3	(14)
Banco Itaú S.A. – Habitasec	-	63	-	(3)
Banco da Amazônia S.A.	-	-	9.992 (5.210)	(5.797)
Banco da Amazônia S.A.	82.968	-	2.798 (8.277)	(2.818)
Banco da Amazônia S.A.	53.177	-	1.787 (5.536)	(1.800)
	544.069	191.105	67.574 (39.491)	(35.647)
				91.700
				819.310

	Pagamentos		Pagamentos	
	31/12/2014	Adições	Juros	31/12/2015
Consolidado				
Banco Bradesco S.A. – operação de crédito	65.711	3.253	7.798	(2.791)
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	9	82.682	5.827	-
Banco Bradesco S.A. – conta garantida	2	-	-	(2)
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	-	59.896	1.934	-
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	-	140	-	-
Banco Bradesco S.A. – instrumento particular de crédito	-	10	-	-
Banco da Amazônia S.A. – instrumento particular de crédito	114.043	-	13.822 (5.883)	(11.846)
Banco da Amazônia S.A. – financiamento	82.940	-	2.913	(2.885)
Banco da Amazônia S.A. – financiamento	55.344	-	2.056 (2.307)	(1.916)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	14.311	-	342 (1.195)	(344)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	65.455	1.006	1.566 (6.256)	(1.566)
	397.815	146.987	36.258 (15.643)	(21.348)
				544.069

Alocação dos Juros e Encargos Financeiros

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Juros e encargos financeiros incluídos no resultado	51.800	28.497
Juros e encargos financeiros incluídos na rubrica de Propriedade para investimentos	15.774	7.761
Juros e encargos financeiros brutos	67.574	36.258

Banco do Nordeste do Brasil S.A.: • A controlada Cariri Participações Ltda. contratou linha de financiamento no montante de R\$14.292 junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com taxa de juros de 2,94% ao ano e como garantia foi dada a totalidade do imóvel do empreendimento e sua estrutura interna. Para este financiamento foi emitida cédula de crédito comercial por Predileta Empreendimentos e Participações Ltda, MK Empreendimentos e Participações Ltda. e Empabe - Empresa Patrimonial de Bens S/A em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Cariri Participações Ltda., com vencimento em 14 de dezembro de 2024 no montante de R\$61.260. Com base neste instrumento financeiro, a responsabilidade sobre a dívida da Cariri Participações Ltda. e dos demais sócios do empreendimento Cariri Garden Shopping está mensurada de acordo com a participação de cada investidor no empreendimento. Em 31 de dezembro de 2016 a participação da Cariri Participações Ltda. no empreendimento é de 23,33% e o saldo da dívida nesta data é de R\$13.114, ressaltando que a amortização da dívida, iniciou em 14/01/2015. • A controlada Pátio Arapiraca S.A. contratou linha de financiamento no montante de R\$71.890 com taxa de juros de 2,94% ao ano (sem indexadores adicionais), com mais 15% de bônus de adimplência, repactuando automaticamente a referida taxa para 2,50% ao ano com vencimento previsto para dezembro de 2023. Como garantia a controlada contratou fiança bancária com instituição financeira de primeira linha. • A controlada TSC Juazeiro Shopping Center S.A. contratou linha de financiamento no montante de R\$87.524 com taxa de juros de 6,48% ao ano (sem indexadores adicionais), com mais 15% de bônus de adimplência, com vencimento previsto para 2026. Como garantia a controlada, hipotecou a totalidade do imóvel, as edificações já existentes e as que incorporarão ao imóvel, tudo constituindo como garantia abrangendo todos os melhoramentos, construções, acessões, benfeitorias e instalações que se acresçam ao imóvel. **Banco Bradesco S.A.:** • A controlada Lages Shopping Center S.A. contratou operação de crédito no montante de R\$65.000, com taxa de juros de 9,80% ao ano mais TR e prazo de 180 meses, com a primeira parcela vencendo em 24/09/2015 e a última vencível em 2028, cujos recursos estão sendo utilizados na consecução das obras do empreendimento desenvolvido pela controlada. Como garantia, a Lages Shopping Center, hipotecou a totalidade do imóvel, as edificações já existentes e as que incorporarão ao imóvel, tudo constituindo como garantia abrangendo todos os melhoramentos, construções, acessões, benfeitorias e instalações que se acresçam ao imóvel. • A controlada TSC Via Café Shopping S.A. contratou linha de financiamento no montante de R\$87.022 com taxa de juros de 9,80% ao ano mais TR e prazo de 180 meses e vencimento previsto para julho de 2029. Como garantia, a Via Café hipotecou o terreno onde está situado o empreendimento. • A controlada Vega Shopping Center S.A. contratou linha de financiamento no montante de R\$92.388 com taxa de juros de 11% ao ano mais TR e prazo de 183 meses e vencimento previsto para dezembro de 2026. Como garantia, a Via Vale hipotecou a totalidade do imóvel, as edificações já existentes e as que incorporarão ao imóvel, tudo constituindo como garantia abrangendo todos os melhoramentos, construções, acessões, benfeitorias e instalações que se acresçam ao imóvel. • A controlada TSC Nove Shopping Center S/A contratou linha de financiamento no montante de R\$85.479 com taxa de juros de 11,50% ao ano mais TR e prazo de 180 meses e vencimento previsto para fevereiro de 2030, do total contratado, falta ser liberado R\$25.583. Como garantia, a TSC Nove, hipotecou a totalidade do imóvel, as edificações já existentes e as que incorporarão ao imóvel, tudo constituindo como garantia abrangendo todos os melhoramentos, construções, acessões, benfeitorias e instalações que se acresçam ao imóvel. • A controlada indireta TSC Itaquá Shopping Center S.A. contratou linha de financiamento para construção do empreendimento junto ao Banco Bradesco, no montante de R\$98.784 e taxa de juros de 11,50% ao ano mais TR, com prazo de 180 meses e vencimento previsto para fevereiro de 2030. Conforme previsão contratual em 2015 foi liberado 0,1% de sinal, correspondentes a R\$10. Como garantia a controlada hipotecou o terreno onde será construído o empreendimento. **Banco da Amazônia S.A.:** • A controlada TSC Roraima Shopping S.A. contratou linha de financiamento no montante de R\$82.773, com taxa de juros de 4,12% ao ano (sem indexadores adicionais), com mais 15% de bônus de adimplência, repactuando automaticamente a referida taxa para 3,50% ao ano e como garantia foi dado o imóvel do empreendimento. Os pagamentos do principal foram iniciados a partir de 10 de janeiro de 2016 e o contrato tem seu vencimento final previsto para 10 de dezembro de 2025. • A controlada Amapá Garden Shopping S.A. contratou linha de financiamento no montante de R\$55.358, com taxa de juros de 4,12% ao ano (sem indexadores adicionais), com mais 15% de bônus de adimplência, repactuando automaticamente a referida taxa para 3,50% ao ano, atendendo as condições contratuais estabelecidas entre as partes e como garantia foi dado o imóvel do empreendimento. Os pagamentos do principal foram iniciados a partir de agosto de 2015 e o contrato tem seu vencimento final previsto para 10 de julho de 2025. As principais cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos, que podem resultar no seu vencimento antecipado, são: • Inadimplimento, protesto de título, falência ou processo de recuperação judicial; • Medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que possam afetar as garantias ou direitos creditórios do credor; • A emitente deixar de substituir qualquer um dos avalistas que vierem a encontrar-se em qualquer das situações acima; • Constituição de conta vinculada pela controlada TSC Roraima Shopping S.A. destinada exclusivamente à cessão de direitos creditórios, com trava de domicílio bancário no Banco da Amazônia, representados por valores de aluguéis devidos por Lojas Âncoras e Mega Lojas; • Constituição de conta reserva que deverá vigorar até a liquidação do financiamento; • A TSC Roraima Garden Shopping S.A. deve possuir pelo menos de 70% da Área Bruta Locável (ABL) locado e faturamento mensal superior a 130% do valor do serviço da dívida projetada; • Mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia atendeu a todas as cláusulas restritivas.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados	218	-	206	-
Encargos sociais	1.438	1.207	1.979	1.560
Provisão para férias e encargos	4.747	5.003	6.727	6.153
	6.403	6.210	8.912	7.713

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.316	2.793
PIS e COFINS a recolher	132	1.516	2.751	3.733
ISS a recolher	179	112	281	155
Impostos e contribuições retidos de terceiros	228	233	3.743	2.937
IOF sobre mútuos	1.489	2	2.110	551
Outros	33	10	32	661
	2.061	1.873	12.233	10.830

16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Terreno Via Vale Garden Shopping S.A.	2.086	2.134	-	-
Terreno Pátio Arapiraca S.A.	23.421	23.965	-	-
	25.507	26.099	-	-
Circulante	594	593	-	-
Não circulante	24.913	25.506	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Terreno Via Vale Garden Shopping S.A.	2.183	(49)	2.134	(48)
Terreno Pátio Arapiraca S.A.	24.510	(545)	23.965	(544)
	26.693	(594)	26.099	(592)

As subvenções do Pátio Arapiraca S.A. e do Via Vale Garden Shopping S.A. referem-se aos terrenos onde os shoppings foram construídos. Uma vez que as subvenções estão relacionadas à construção dos shoppings nos terrenos, a apropriação das receitas seguirá a depreciação dos ativos já construídos.

17. RECEITAS DIFERIDAS

Nos contratos de prestação de serviços e de cessão de direito de uso - CDU, firmados entre a Companhia e os lojistas de seus empreendimentos, a receita é diferida e apropriada ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita de cessão de direito de uso	-	-	20.622	25.058
Prestação de serviços	6.837	10.614	-	-
	6.837	10.614	20.622	25.058
Estimativa de inadimplência	-	-	(1.031)	(825)
	6.837	10.614	19.591	24.233
Circulante	3.360	3.736	5.589	3.787
Não circulante	3.477	6.878	14.002	20.446

18. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos recebidos de clientes circulante	3.816	882
Adiantamentos recebidos de clientes não circulante	1.061	1.993
	4.877	2.875

19. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos parcelados circulante	328	322	967	996
Impostos parcelados não circulante	3.756	3.540	11.398	10.960
	4.084	3.862	12.365	11.956

A Companhia e suas controladas, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos tributários e previdenciários, levantados pela Companhia e por seus assessores, foram incluídos neste programa. Sobre os valores foram aplicados os percentuais de redução para parcelamento em 180 parcelas.

	Controladora		Pagamentos	
	31/12/2015	Adição	Juros adição/reversão	Principal
Débitos fiscais diversos - REFIS	2.921	-	322	(181)
Débitos parcelamento ordinário	941	-	328	(123)
	3.862	-	650	(304)

	Consolidado		Pagamentos	
	31/12/2015	Adição	Juros adição/reversão	Principal
Débitos fiscais diversos - REFIS	8.978	-	930	(522)
Débitos previdenciários - REFIS	2.037	392	(179)	(171)
Débitos parcelamento ordinário	941	-	333	(129)
	11.956	393	1.084	(822)

20. OBRIGAÇÕES POR COMPRA DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado		Reapresentado
Aquisição Partner	7.221	7.294	7.221	7.294
Aquisição Roraima	10.046	10.046	10.046	10.046
Aquisição Domestilar	-	-	20.169	16.943
Aquisição RVG2	1.293	17.015	1.293	17.015
Aquisição 3JC	-	2.701	-	2.701
Aquisição Jaraguá do Sul	5.333	-	5.333	-
Aquisição Arca's	19.249	16.170	19.249	16.170

TENCO SHOPPING CENTERS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ Nº 03.065.552/0001-76

6

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado da Companhia é de R\$1.026.299, representado por 693.653.927 ações ordinárias, sem valor nominal (R\$938.259 em 31 de dezembro 2015, representado por 650.839.643 ações ordinárias, sem valor nominal), conforme abaixo:

31/12/2016		
Ações		
Ordinárias	Percentual	
Shoppings do Brasil Investimentos e Participações S.A.	659.312.575	95,05%
Eduardo Gribel Homem de Castro	13.838.003	1,99%
Adriana Lilian Camargos	13.838.003	1,99%
Milton Eduardo Colen	2.002.673	0,29%
Roger Moura Tonidantel	3.332.673	0,49%
Ações em tesouraria	1.330.000	0,19%
	693.653.927	100,00%

31/12/2015		
Ações		
Ordinárias	Percentual	
Shoppings do Brasil Investimentos e Participações S.A.	616.498.291	94,72%
Eduardo Gribel Homem de Castro	13.838.003	2,13%
Adriana Lilian Camargos	13.838.003	2,13%
Milton Eduardo Colen	2.002.673	0,31%
Roger Moura Tonidantel	3.332.673	0,51%
Ações em tesouraria	1.330.000	0,20%
	650.839.643	100,00%

Em 2016 e 2015 a Companhia teve diversos aumentos e integralização de capital conforme apresentado abaixo:
Atos societários dos aumentos
RCA de 15 de janeiro de 2016 36.040
RCA de 06 de maio de 2016 52.000
90.040

RCA de 13 de fevereiro de 2015 109.917
RCA de 22 de maio de 2015 55.000
RCA de 29 de julho de 2015 34.500
RCA de 07 de outubro de 2015 126.000
325.417

Do total de aumentos de capital de 2016 oriundos através de bônus de subscrição de ações emitidas em 2016 no montante de R\$90.040 (R\$325.417 em 2015) refere-se a capital social totalmente integralizado, totalizando o capital subscrito e realizado da Companhia em R\$1.028.299 (R\$938.259 em 2015).
b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Ajuste de avaliação patrimonial refere-se a ganhos e perdas em movimentações de investimentos com acionistas não controladores e podem ser assim demonstrados:

Controladora	31/12/2016	31/12/2015
		Reapresentado
Roraima	(755)	(755)
Via Vale	(27.154)	(8.845)
Via Café	(3.974)	(3.974)
Bragança	(2.340)	(2.340)
Cariri	(492)	(492)
Juazeiro	(1.714)	(792)
Lages	(7.856)	(7.856)
Garanhuns	(2.000)	(1.830)
Guarapuava	17	17
TJ Shopping Center	(7.785)	(7.785)
TSC Itaquá	(234)	758
	(54.287)	(33.894)

c) **Ações em tesouraria:** Na reunião realizada em 11 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a aquisição pela Companhia de 1.330.000 (um milhão trezentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de titularidade do acionista Milton Eduardo Colen, sem redução do capital social, mediante a utilização de recursos de reserva de lucros ou de capital disponíveis, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. As ações foram adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, pelo valor de R\$2.328.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
				Reapresentado
Receita operacional bruta:				
Aluguel de lojas e CTO	-	-	68.723	51.438
Cessão de direitos de uso - CDU	-	-	8.138	10.482
Prestação de serviços	20.520	18.977	8.208	5.531
Outras receitas	-	-	17.526	4.225
	20.520	18.977	102.595	71.676
Impostos sobre vendas	(2.622)	(2.344)	(10.459)	(7.972)
Outras deduções	-	(54)	(8.759)	(2.348)
Receita líquida	17.898	16.579	83.377	61.356

A Companhia presta serviços de desenvolvimento, avaliação técnica e econômica, comercialização, gestão de projetos e estudos de projetos na área de engenharia, para suas investidas e para terceiros.

25. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Gastos com pessoal	(23.001)	(27.467)	(27.303)	(26.955)
Gastos com serviços de terceiros	(4.041)	(6.607)	(19.398)	(9.905)
Depreciação (*)	(287)	(299)	(21.607)	(18.103)
Amortização	(1.647)	-	(2.196)	(341)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(20.691)	(13.913)
Aluguéis, condomínios, vacância e inadimplências	(912)	(842)	(36.467)	(28.116)
Comissões	(595)	(2.697)	(1.025)	(2.629)
Gastos com publicidade	(498)	(2.047)	(5.603)	(15.991)
Gastos com viagens	(1.140)	(2.448)	(3.587)	(4.117)
Material de uso e consumo	(63)	(110)	(321)	(206)
Gastos com impostos e taxas	(1.199)	(763)	(2.566)	(2.040)
Licenças e software	(1.729)	(1.652)	(2.459)	(2.246)
Descontos concedidos	-	(5)	(7.973)	(9.437)
Outras despesas pulverizadas	(440)	(1.300)	(3.499)	(3.258)
	(35.552)	(46.237)	(154.695)	(137.257)
Custos operacionais	(7.287)	(14.682)	(65.966)	(57.580)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(28.265)	(31.555)	(88.729)	(79.677)
	(35.552)	(46.237)	(154.695)	(137.257)

(*) Em 2016, o grupo reconheceu créditos de PIS e COFINS no montante de R\$zero (R\$3 em 2015) na controladora e R\$4.357 (R\$1.155 em 2015) no consolidado sobre as despesas de depreciação.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Subvenção governamental	-	-	592	594
Recuperação de despesas	-	-	1.149	2.667
Reversão de provisões	1.213	2.534	1.421	-
Reversão de obrigações por compra de investimentos	73	-	73	-
Reversão de provisão para perda com adiantamentos de clientes	-	-	413	-
Dividendos recebidos	-	-	597	2.339
Multas recebidas	-	-	3.557	-
Ganho na venda de ativo imobilizado e	-	-	-	-
Propriedade para investimentos	-	-	1.006	-
Outras receitas pulverizadas	260	298	627	706
	1.546	2.832	9.435	6.306
Constituição de provisões	-	(1.357)	(2.141)	(2.292)
Ajuste de impairment	-	-	(3.532)	-
Outras despesas pulverizadas	(2.784)	(42)	(2.784)	(2.469)
	(2.784)	(1.399)	(4.557)	(4.761)
	(1.238)	1.433	978	1.545

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	290	404	2.322	1.777
Receita com juros e multas	-	22	382	2.591
Descontos obtidos	34	112	104	225
Receita financeira sobre mútuo	19.357	6.654	10.568	6.654
Receitas com encargos financeiros	2	-	2	2.687
	19.683	7.192	13.378	13.934
Despesas financeiras				
Despesas com encargos financeiros	(3.274)	(1.433)	(4.929)	(1.814)
IOF	(373)	(212)	(2.444)	(212)
Despesa com juros e multas	(3.848)	(2.404)	(9.487)	(8.985)
Despesas bancárias	(41)	(29)	(572)	(89)
Juros sobre empréstimos	-	-	(51.800)	(28.497)
Comissão s/ fiança	-	-	(6.709)	(5.438)
Despesas com juros e correção sobre mútuos	(1.341)	(1.268)	-	-
	(8.877)	(5.346)	(75.941)	(45.035)
	10.806	1.846	(62.563)	(31.101)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do imposto de renda é de 15%, com um imposto adicional à alíquota de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%. Em 2016 e em 2015, a Companhia não apurou lucro tributável. (a) A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas nominais e efetivas pode ser demonstrada como segue:

	31/12/2016		Consolidado	
	Controladora		Controladora	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(123.237)		(132.903)	
Alíquota nominal composta	34%		34%	
Despesa nominal	41.901		45.187	
Ajustes à despesa nominal	-		-	
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-		1.723	
Créditos tributários não constituídos	(41.901)		(45.187)	
Despesa efetiva	-		1.723	

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2015		Controladora		Consolidado
Alíquota nominal composta	(86.890)		Reapresentado		Reapresentado
Despesa nominal	29.543		34%		34%
Despesa efetiva	-		977		977
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-		-		-
Créditos tributários não constituídos	(29.543)		(34.326)		(34.326)

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não mantinham instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6.940	15.129	22.412	26.151
Contas a receber	7.069	2.585	60.453	47.723
Créditos com partes relacionadas	105.878	50.539	83.526	64.750
Investimentos mantidos a custo (*)	11.854	7.687	11.854	7.687
Ativo justo através do resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	2.799	2.202	13.343	12.450
Passivos financeiros:				
Ativo amortizado				
Fornecedores	2.007	1.666	26.064	32.361
Empréstimos e financiamentos	-	-	819.310	544.069
Débitos com partes relacionadas	6.599	13.994	4.034	3.911
Obrigações por compra de investimentos	43.142	53.226	63.311	70.169

(*) Os investimentos mantidos a custo referem-se à participação mantida pela Companhia na investida Metropolitain Garden e na participação indireta nos estabelecimentos dos Shoppings. A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, registrados nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois: (a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e ou; (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras. **Risco de mercado:** Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna - IGP-DI, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios. **Risco de crédito:** A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Companhia considera para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção), as garantias aceitas (móvel, carta-fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios, fiadores e caucionantes) e a utilização das empresas SPC e SERASA como referência para consultas do risco de crédito. **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados, impostos e tributos a pagar e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, à variação do CDI. Entretanto, a Administração da Companhia entende que os riscos relacionados às taxas de juros não são significativos. **Risco de capital:** A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é o seguinte:

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, registrados nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois: (a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e ou; (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras.

Risco de mercado: Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna - IGP-DI, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

Risco de crédito: A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Companhia considera para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção), as garantias aceitas (móvel, carta-fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (socios, fiadores e caucionantes) e a utilização das empresas SPSC e SERASA como referência para consultas do risco de crédito.

Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados, impostos e tributos a pagar e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, à variação do CDI. Entretanto, a Administração da Companhia entende que os riscos relacionados às taxas de juros não são significativos.

Risco de capital: A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno em todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das atividades e do patrimônio. O índice de endividamento é o seguinte:

Indexadores	Ativos financeiros	Passivos financeiros
CDI	Aplicações Financeiras, Créditos com partes relacionadas	Partes Relacionadas
IGP-DI	Contas a receber de aluguel e CDU	Obrigações por compra de investimentos
IPCA e IGP-DM	-	Obrigações por compra de investimentos
TR	-	Empréstimos e Financiamentos

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos a variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros em 5 cenários de oscilação dos indicadores financeiros. • **Cenário III - base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 31 de dezembro de 2016, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras. • **Cenários I, II, IV e V:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário provável, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente. A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:	Cenário I queda de 50%	Cenário II queda de 25%	Cenário III base	Cenário IV aumento de 25%	Cenário V aumento de 50%
Indexador					
CDI	6,82%	10,22%	13,63%	17,04%	20,45%
IGP-DI	3,42%	5,12%	6,83%	8,54%	10,25%
IGP-M	3,51%	5,27%	7,02%	8,78%	10,53%
IPCA	3,19%	4,79%	6,38%	7,98%	9,57%
TR	1,01%	1,52%	2,02%	2,53%	3,03%
Taxa média ponderada	4,00%	6,00%	8,00%	10,00%	12,00%

Controladora		Saldo em 31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Disponibilidades e aplicações financeiras							
Aplicações financeiras	CDI	6.917	472	707	943	1.179	1.415
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.799	191	286	382	477	572
		9.716	663	993	1.325	1.656	1.987

Créditos com partes relacionadas							
Mútuos ativos	TR	105.878	1.069	1.609	2.139	2.679	3.208
Débitos com partes relacionadas							
Mútuos passivos	TR	6.599	(67)	(100)	(133)	(167)	(200)
Contratos de compra de investimentos	IPCA	(38.242)	(1.220)	(1.832)	(2.440)	(3.052)	(3.660)
	IGP-M	(4.900)	(172)	(258)	(344)	(430)	(516)
		(43.142)	(1.392)	(2.090)	(2.784)	(3.482)	(4.176)
			273	412	547	686	819

Impacto no resultado		Saldo em 31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Indexador							

Consolidado							
Disponibilidades e aplicações Financeiras							
Aplicações financeiras	CDI	17.829	1.216	1.822	2.430	3.038	3.646
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	13.343	910	1.364	1.819	2.274	2.729
		31.172	2.126	3.186	4.249	5.312	6.375
Contas a receber	IGP - DI	60.453	2.067	3.095	4.129	5.163	6.196
Créditos com partes relacionadas							
Mútuos ativos	TR	83.526	844	1.270	1.687	2.113	2.531
Contratos de Compra de Investimentos	IPCA	58.411	(1.863)	(2.798)	(3.727)	(4.661)	(5.590)
	IGP-M	4.900	(172)	(258)	(344)	(430)	(516)
		63.311	(2.035)	(3.056)	(4.071)	(5.091)	(6.106)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAÍUVA/MG

Processo 082/17-Concorrência 001/17 - Objeto: Construção Unidade educação infantil, tipo 1- TAC PAC 6073/2013-FNDE-Abertura envelope PROPOSTAS dia 06/06/17 às 09:00hs - licitação@bocaiuva.mg.gov.br – (38) 3253-6509 – Rodrigo Nunes Rabelo – Presidente da CPL.

Processo 084/17-PP 022/17- Objeto: contratação de empresa para locação de caminhão pipa – PROSSEGUIMENTO dia 05/06/2017-09:00hs. (38)3251-6509 - licitacao@bocaiuva.mg.gov.br – Rodrigo N. Rabelo – Pregoeiro.

Processo 112/17-PP 032/17- Objeto: contratação de empresa para locação de software – Credenciamento 14/06/2017-09:00hs. (38)3251-6509 - licitacao@bocaiuva.mg.gov.br – Rodrigo N. Rabelo – Pregoeiro.

EXTRATO

Art. 61 § único – Lei 8666/93

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 051/2013 – Tomada de Preços nº 004/2016 – Processo nº 052/2016 - Contratante: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas – Contratada: **JETCON LTDA** - Cláusula Primeira - Do objeto: Prorrogar o prazo de execução e estabelecer o valor referente ao aumento no quantitativo de serviços Segunda: Do Prazo de Execução: o prazo fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, passando o seu vencimento para o dia 17/07/2017- Clausula Terceira: Do prazo de vigência: o prazo de vigência fica prorrogado , passando o seu vencimento para o dia 17/02/2017- Clausula Quarta: Do Valor o valor estabelecido no 1º Termo Aditivo sofre um reajuste no percentual de 19.98% correspondente à R\$ 118,484,26 devido à aumento no quantitativo de serviços - Celebração: 17/05/2017 - Signatários: Antonio Roberto Menezes - Diretor Presidente – Jefferson Silveira de Melo - Representante. Foro: Comarca de Poços de Caldas - MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAI DE MINAS – MG

A Prefeitura Municipal de Icarai de Minas – MG torna público que realizará Pregão Presencial nº 018/2017, Processo Licitatório nº 060/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA PARA EVENTOS E SHOWS. Credenciamento: 13/06/2017, às 08:00h. Sessão oficial: 13/06/2017, às 08:15 horas. Edital e informações: na sede da Prefeitura Municipal, pelo site: www.icaraide Minas.mg.gov.br, email: licitacao@icaraide Minas.mg.gov.br. Icarai de Minas, 31 de maio de 2017. Betânia Saraiva Eulálio – Pregoeira.

EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

– Processo: 0390583-68.1999.813.0223. Autor: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Réu: MÓVEIS RUBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. O Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Divinópolis, torna público a Alienação por Iniciativa Particular do seguinte bem: **Lote com 4.445m², localizado na Rua Antônio paulino, lote nº 105, quadra 001, Itacolomi, Divinópolis, matrícula 31.588 , área do terreno 4.445,00m², área da edificação: não há. Avaliação: R\$100.000,00; Prazo de venda: 6 meses. Preço mínimo de venda: igual à avaliação. Forma de pagamento: parcelamento mediante homologação. Comissão do leiloeiro: 5% do valor total da oferta. Leiloeiro: Jonas Gabriel Antunes Moreira /JUCEMG 638. (37) 3242-2218, www.jonasleiloeiro.com.br, jonas@jonasleiloeiro.com.br.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG - Aviso de Tomada de Preços nº 008/2017. O Município de Buritis – MG, através da Comissão Permanente de Licitação, sediada à Avenida Bandeirantes, nº 723 Centro em Buritis – MG, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 09h00minh, do dia 19 de Junho, em sua sede, licitação na modalidade Tomada de Preço, com o objetivo de contratação de empresa especializada em pavimentação Asfáltica no Distrito de Serra Bonita, neste Município. Buritis, 31 de Maio de 2017. Rildo José Mesquita. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 30/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 54/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/6/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para serviços de remoção de piso vinílico existente e assentamento de novo piso vinílico com fornecimento de todos os materiais. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martin de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefirmem, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria. Belo Horizonte, 31 de maio de 2017. Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

LABTEST DIAGNÓSTICA S/A
CNPJ/MF 16.516.296/0001-38 - NIRE 3130001009-1
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2017

Data, Hora e Local: 24 de abril de 2017, às 14h30min, no Comfort Hotel Confins, localizado na Rodovia LMG-800, km 02, bairro Goiabeiras, na Cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, CEP 33400-000.
Publicações prévias: a) Aviso aos Acionistas – publicado nas edições dos dias 24, 25 e 28 de março de 2017, no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nas páginas 43, 43 e 49, caderno 2, respectivamente, e dos dias 24, 27 e 28 de março de 2017 no jornal Hoje em Dia, nas páginas 12, 12 e 11 do caderno Economia, respectivamente; b) Edital de Convocação – publicado nas edições dos dias 1º, 04 e 05 de abril de 2017 no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nas páginas 01, 01 e 02, caderno 2, respectivamente, e Hoje em Dia, nas páginas 07, 06 e 10, caderno Internacional, Economia e Economia respectivamente; e c) Publicações do art. 133 da Lei n. 6.404/76 – publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no dia 1º de abril de 2017, página 10, caderno 2 e Hoje em Dia, de 1º de abril de 2017, página 03, caderno Economia. **Presença e Lavratura:** Presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme lançamentos do Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda os membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Marcelo Kawencki, Enio de Melo Coradi e Ronaldo Ribeiro Leite, e os representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os Srs. Guilherme Campos e Thiago Pereira, bem como o Contador da Companhia, o Sr. Emmanuel Tiago de Souza, e os membros da diretoria da Companhia, a Sra. Eliane Dias Lustosa Cabral e o Sr. Douglas Cardoso. Todos os presentes concordaram com a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Assumiu os trabalhos, na qualidade de Presidente da Mesa, o Sr. João Luiz Bahia Antunes, que convidou o Sr. Emmanuel Tiago de Souza para atuar como Secretário da Mesa. **Ordem do dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2016, o parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) fixar a remuneração global anual da Administração da Companhia para o exercício de 2017; e (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia, efetivos e suplentes, bem como fixação de sua respectiva remuneração para o exercício de 2017. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (v) deliberar sobre a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de até R\$ 1.944.072,32 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil e setenta e dois reais e setenta e trinta e dois centavos); e (vi) alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital previsto no item anterior. **Deliberações:** Após a leitura dos documentos relativos à Ordem do Dia, postos à disposição dos acionistas da Companhia no prazo legal, passou-se à discussão e apreciação das matérias, tendo os acionistas presentes, com abstenção dos acionistas legalmente impedidos, conforme aplicável, tomado as seguintes deliberações: (i) Os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, as contas da administração da companhia, após a apresentação e submissão à discussão dos documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, postos à disposição dos acionistas da Companhia no prazo legal, e feita a apresentação do parecer do Conselho Fiscal e do parecer dos Auditores Independentes, ambos sem ressalvas às contas da administração. (ii) Os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, a distribuição do lucro líquido auferido pela Companhia no exercício de 2016, no montante de R\$ 2.021.634,91 (dois milhões, vinte e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais, noventa e um centavos), de acordo com a proposta da Administração, qual seja: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado da Companhia, no valor de R\$ 101.081,75 (cento e um mil, oitenta e um reais, setenta e cinco centavos), à Reserva Legal; (b) distribuição aos acionistas da Companhia, na proporção da participação de cada acionista, de juros sobre o capital próprio, a título de dividendo mínimo obrigatório do exercício, no valor de R\$ 480.138,29 (quatrocentos e oitenta mil, cento e trinta e oito reais, vinte e nove centavos), que descontado o valor a título de IRRF no valor de R\$ 72.020,74 (setenta e dois mil e vinte reais, setenta quatro centavos) resulta no valor efetivamente a pagar de R\$ 408.117,55 (quatrocentos e oito mil, cento e dezessete reais, cinquenta e cinco centavos), que serão pagos em 7 (sete) parcelas nos meses de junho a dezembro de 2017, sendo que os acionistas com participação no capital social inferior a 10% (dez por cento) receberão o pagamento em uma única parcela no mês de maio de 2017. O valor dos juros sobre o capital próprio cuja distribuição foi aprovada será imputado ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2016, conforme art. 9, § 7º, da Lei 9.249/95, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas que já sejam comprovadamente imunes ou isentos; (c) a distribuição de R\$ 1.399.152,18 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e dois reais, dezotto centavos), que deduzida do IRRF de R\$ 209.872,83 (duzentos e nove mil trezentos e oitocentos e setenta e dois reais, oitenta e três centavos) resulta em distribuição líquida de R\$ 1.189.279,35 (um milhão, cento e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais, trinta e cinco centavos), valor adicional que será imputado ao dividendo obrigatório dos exercícios seguintes e deverá ser pago até 31 de dezembro de 2021; e (d) a retenção de R\$ 41.262,69 (quarenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais, sessenta e nove centavos) para a constituição de Reserva de Retenção de Lucros, conforme Proposta de Orçamento de Capital aprovada nesta data pela Assembleia Geral. (iii) Os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, a fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo que a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 13º do Estatuto Social da Companhia e tendo em conta as responsabilidades de cada Conselheiro(a) e Diretor(a), o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. (iv) Os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, a instalação do Conselho Fiscal na Companhia para o exercício de 2017, bem como a eleição os seguintes membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, com mandato até à próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, da seguinte maneira: (a) o Sr. **Marcelo Kawencki**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraiíba, n. 763, apartamento 701, Bairro Funcionários, CEP 30130-140, portador da cédula de identidade n. 37.728/D, expedida pelo CREA/MG e inscrito no CPF sob o n. 356.251.396-87, como membro efetivo, e seu suplente o Sr. **Cássio de Pinho Tavares**, brasileiro, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade n. M.1.503-0890, inscrito no CPF/MF sob o n. 455.981.006-06, domiciliado na Rua Paulo Afonso, n. 16, sala 203, Bairro Santo Antônio, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30350-060, eleitos por indicação dos acionistas Fernando Valadares Basques, Paula Valadares Basques, Flávia Valadares Basques e Maria José Valadares, as duas últimas através de procuração outorgada ao acionista Fernando Valadares Basques; (b) o Sr. **Enio de Melo Coradi**, brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Carlos Sá, n. 630, apartamento 301, Bairro Jardim Atlântico, CEP 31550-200, portador da cédula de identidade n. M-3.463.774, e inscrito no CPF sob o n. 526.204.506-59, como membro efetivo, e seu suplente o Sr. **Alexandre Eustáquio Sidney Horta**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Marquesa de Alorna, n. 190, Bairro São Lucas, CEP 30240-260, portador da cédula de identidade n. M-753.265, e inscrito no CPF sob o n. 526.204.506-59, eleitos por

indicação dos acionistas Eliane Dias Lustosa Cabral, Andréa Dias Lustosa Cabral, Laprata Empreendimentos S/C Ltda., João Luiz Bahia Antunes, Ronney Peterson Baia Antunes, Denize Mileta Mileu de Bastos, através de procuração outorgada ao acionista João Luiz Bahia Antunes, e José da Silva Leite, através de procuração outorgada à acionista Eliane Dias Lustosa Cabral; e (c) o Sr. **Ronaldo Ribeiro Leite**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Hum, n. 110, Bairro Betânia, CEP 30590-280, portador da cédula de identidade n. 15.805, expedida pela CRA/MG, e inscrito no CPF sob o n. 098.074.706-68, como membro efetivo, e sua suplente a Sra. **Rosália Gonçalves Costa Santos**, brasileira, casada, contadora, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Castiglano, n. 282, Bairro Padre Eustáquio, CEP 30720-310, portadora da cédula de identidade n. MG – 3.709.776, e inscrita no CPF sob o n. 347.184.906-40, eleitos por indicação dos acionistas Eliane Dias Lustosa Cabral, Andréa Dias Lustosa Cabral, Laprata Empreendimentos S/C Ltda., João Luiz Bahia Antunes, Ronney Peterson Baia Antunes, Denize Mileta Mileu de Bastos, através de procuração outorgada ao acionista João Luiz Bahia Antunes, e José da Silva Leite, através de procuração outorgada à acionista Eliane Dias Lustosa Cabral. Os membros do Conselho Fiscal eleitos aceitaram o cargo e declararam, cada um deles, sob as penas da lei e cientes de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal, que atendem ao disposto nos artigos 147 e 162 da Lei n. 6.404/76, bem como que não estão impedidos por lei especial, nem condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nem pena ou condenação criminal que leve, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que os impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais; possuem reputação ílibada; e não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada conflitante com a Companhia, bem como não têm interesse conflitante com o da Companhia. Para os fins do art. 149, § 2º, da Lei n. 6.404/76, declararam, ainda, que receberam eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão nos endereços indicados acima, sendo que eventual alteração será comunicada, por escrito, à Companhia. Ao continuo, também foi aprovada, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, a fixação da remuneração individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal, no valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), acrescidos dos encargos sociais, totalizando até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) anuais, sendo a remuneração individual de cada membro superior a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor, não computados eventuais benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Diretoria, nos termos do art. 162, §3º, da Lei n. 6.404/76. Além da remuneração acima aprovada, os membros do Conselho Fiscal farão jus ao reembolso das despesas comprovadas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem a função em virtude da substituição do membro titular respectivo. (v) Os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, a proposta e a homologação do aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada, no valor de R\$ 1.944.072,32 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil e setenta e dois reais e setenta e trinta e dois centavos), passando de R\$ 16.232.000,00 (dezesseis milhões, duzentos e trinta e dois mil reais) para R\$ 18.176.072,32 (dezoito milhões, cento e setenta e seis mil e setenta e dois reais e trinta e dois centavos), mediante a emissão de 1.024.434 (um milhão, vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro) novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 1.897.0382474615 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Todas as novas ações foram subscritas e integralizadas, nos termos da Lista de Subscrição que integra o Anexo I da presente ata, mediante a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas contra a Companhia, decorrentes de juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios anteriores. (vi) Finalmente, diante do aumento de capital deliberado no item “v” acima, os acionistas aprovaram, por unanimidade dos votos, sem quaisquer ressalvas, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social é de R\$ 18.176.072,32 (dezoito milhões, cento e setenta e seis mil e setenta e dois reais e trinta e dois centavos), representados por 15.624.434 (quinze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal cada uma.” Em razão da alteração estatutária ora realizada, os acionistas resolveram, também por unanimidade dos votos, pela consolidação do Estatuto Social da Companhia, que compõe o Anexo II da presente ata. Arquivamento e Publicações: Por fim, os acionistas da Companhia deliberaram o arquivamento desta Ata perante o Registro Público de Empresas Mercantis, que as publicações legais fossem feitas e que os livros sociais fossem devidamente transcritos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se esta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada por unanimidade e assinada por todos os acionistas presentes. **Mesa:** João Luiz Bahia Antunes – Presidente da Mesa; Emmanuel Tiago de Souza – Secretário da Mesa. **Acionistas:** (i) João Luiz Bahia Antunes; (ii) Eliane Dias Lustosa Cabral; (iii) Andréa Dias Lustosa Cabral; (iv) Fernando Valadares Basques; (v) Paula Valadares Basques; (vi) Laprata Empreendimentos S/C Ltda; (representado por Ivano Antunes Moreira); (vii) Ronney Peterson Baia Antunes; (viii) José da Silva Leite (representado por Eliane Dias Lustosa Cabral); (ix) Denize Mileta Mileu de Bastos (representado por João Luiz Bahia Antunes); (x) Maria José Valadares (representada por Fernando Valadares Basques) e (xi) Flávia Valadares Basques (representada por Fernando Valadares Basques). Lagoa Santa/MG, 24 de abril de 2017.

Estatuto Social Consolidado

Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A LABTEST DIAGNÓSTICA S/A é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A companhia tem sua sede social a Av. Paulo Ferreira da Costa, 600 - Vista Alegre em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde terá seu foro. **Parágrafo Único** - A companhia poderá criar filiais, agências, depósitos, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - A companhia tem por objeto social: a) o comércio (atacado e varejo) a produção e fabricação, a importação e a exportação de produtos relacionados a sistemas para diagnóstico em saúde humana e animal; b) a locação, o comércio, a fabricação, a montagem, a importação e a exportação de máquinas, equipamentos e instrumentos relacionados aos produtos mencionados na alínea “a” acima, seus derivados e conexos; c) a representação comercial dos bens e produtos próprios mencionados na alínea “a” e “b” acima e de bens e produtos de terceiros; d) a pesquisa técnica e científica relacionada a produtos, equipamentos e instrumentos relacionados a sistemas para diagnóstico em saúde humana e animal; e) a prestação de serviços de industrialização no ramo de produtos relacionados a sistemas para diagnóstico em saúde humana e animal; f) o comércio (atacado e varejo), a fabricação, a importação e a exportação de embalagens e insumos para os produtos mencionados na alínea “a” e “b” acima, seus derivados e conexos; g) o transporte, o armazenamento, a distribuição dos produtos mencionados na alínea “a” acima, e de máquinas, equipamentos e instrumentos e seus relacionados, mencionados na alínea “b” acima, inclusive seus derivados e conexos; h) a prestação de serviços de assistência técnica e treinamento de máquinas, equipamentos e instrumentos relacionados aos produtos mencionados na alínea “b” acima; i) Prestação de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; j) a participação no capital de outras sociedades, adquirindo quotas, ações, quinhões, debêntures ou outros valores mobiliários, e a participação em investimentos que tenham por objeto as atividades listadas nos itens (a) a (h), acima. **Artigo 4º** - A duração da sociedade será de prazo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 18.176.072,32 (dezoito milhões, cento e setenta e

seis mil e setenta e dois reais e trinta e dois centavos), representados por 15.624.434 (quinze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal cada uma. **Artigo 6º** - A cada Ação corresponde a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia geral. **Artigo 7º** - As ações serão representadas por títulos e certificados e provisoriamente, cautelas, sempre assinadas por um dos Diretores ou Vice-Presidente e pelo Diretor Presidente, podendo estas mesmas assinaturas, a juízo da companhia, serem substituídas por autenticação, através do processo de chancela mecânica, observadas as normas legais. **Artigo 8º** - O desdobramento de títulos múltiplos, certificados ou cautelas, será efetuado, a pedido do acionista que reembolsar a companhia pelo custo da operação. **Capítulo III - Acionistas - Artigo 9º** - No caso de aumento de capital os acionistas terão preferência para subscrição proporcional das novas ações. **Parágrafo Primeiro** - O acionista que, após exercer seu direito de preferência deixar de efetuar o pagamento das ações novas na forma e nos prazos estabelecidos na chamada de capital, perderá, independentemente de qualquer aviso ou intelecção este direito a favor dos outros acionistas. **Parágrafo Segundo** - No caso de haver pagamento, pelo acionista, de entrada e ou parcelas referentes a ações subscritas, estas importâncias serão convertidas em ações. **Parágrafo Terceiro** - O acionista que desejar transferir, no todo ou em parte, por qualquer forma, suas ações ou seus direitos de preferência à subscrição de ações novas, deverá oferecer tais ações ou direitos a um ou mais acionistas da companhia. **Parágrafo Quarto** - Nenhum termo de transferência a título oneroso, “inter-vivos”, de ações será lavrado, sem que o cedente prove ter procedido a alienação de suas ações, a qualquer título, após consulta a que tem direito os demais acionistas. **Parágrafo Quinto** - Os acordos de acionistas, sobre compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, que o exercício do direito de voto, serão observados pela companhia, quando arquivados na sua sede. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 10** - A Assembleia Geral convocada e instalada na forma da lei e do estatuto, realizar-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e os que a lei privativamente lhe assegura e tornar as resoluções que julgar conveniente a sua defesa e desenvolvimento. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração e presidida por acionista eleito ou aclamado pela maioria dos presentes, que convocará um ou mais secretários para compor a mesa. **Parágrafo Segundo** - Antes de instalar-se a Assembleia, os acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando seu nome, nacionalidade, residência, quantidade e especificações das ações de que forem titulares. **Parágrafo Terceiro** - Quando o acionista se fizer representar nas Assembleias Gerais por procurador, o respectivo instrumento deverá ser depositado no departamento de ações da companhia com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia. **Artigo 11** - Das deliberações e trabalhos das Assembleias será lavrada, em livro próprio, a ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, da qual tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para fins legais. **Capítulo V - Administração da Sociedade - Artigo 12** - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e a Diretoria. **Artigo 13** - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia que poderá fazê-lo global ou individualmente. Se fixados globalmente os valores individuais respectivos, tanto dos conselheiros quanto dos diretores serão fixados pelo Conselho de Administração dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Findo o respectivo mandato os administradores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus substitutos. **Capítulo VI - Conselho de Administração - Artigo 14** - O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) membros eleitos pela Assembleia Geral, entre acionistas residentes ou não no País, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, bem como destituídos a qualquer tempo. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, a serem eleitos pelos membros do Conselho, dentre os seus integrantes. **Parágrafo Segundo** - Caso ocorra empate na votação para eleição do Presidente e Vice- Presidente adotar-se-á o critério da idade, sendo que o mais idoso será o Presidente do Conselho e o segundo mais idoso o Vice-Presidente do Conselho. **Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente convocar e presidir as reuniões do Conselho e ao Vice-Presidente substituí-lo em caso de ausência, bem como em suas ausências e impedimentos temporários. **Parágrafo Quarto** - Nas ausências temporárias e impedimentos do Vice-Presidente, o conselheiro com a maior idade substituirá-o. No caso de ausência do cargo do Vice- Presidente o conselheiro com a maior idade completará o mandato do substituído. **Parágrafo Quinto** - Além dos casos de morte ou renúncia considerar-se-á vago o cargo do conselheiro que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 60 dias consecutivos. **Parágrafo Sexto** - No caso de ausência ou impedimento definitivo de qualquer conselheiro, caberá ao Conselho de Administração designar o substituído dentre os acionistas, para completar o mandato do conselheiro substituído. **Parágrafo Sétimo** - Caso ocorra impasse ou empate na opção de designação do substituído, convocar-se-á Assembleia Geral para tal finalidade. **Artigo 15** - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, atendendo à convocação de seu Presidente ou da maioria dos conselheiros em exercício. A convocação será suprida pelo comparecimento da totalidade dos conselheiros eleitos. **Parágrafo Primeiro** - O “quorum” para instalação da reunião de 3/5 (três quintos) do número total de membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - As resoluções do Conselho de Administração serão tomadas com a aprovação da maioria de seus membros e serão registradas em atas, que poderão ter forma de sumário, no livro próprio. A cada um dos conselheiros caberá um voto. **Artigo 16** - Compete ao Conselho de Administração: a) Monitorar o objetivo estratégico de longo prazo da empresa; b) Aprovar a contratação de Diretor Executivo/Diretores, definir sobre a admissão, remuneração e demissão dos mesmos, além de funcionar como seu principal conselheiro. c) Acompanhar e monitorar a alta gerência na implementação dos planos e programas da Empresa; d) Decidir quanto à adoção de novas linhas de negócio, descontinuação de linhas antigas, revisão de contratos de longo prazo, aprovação de reestruturacoes organizacionais; e) Oferecer conselhos e emitir pareceres sobre quaisquer decisões que mudem a direção ou ênfase do negócio; f) Propor sobre os dividendos a serem distribuídos g) Deliberar sobre investimentos e passivos de longo prazo, e os salários dos executivos. h) Assistir às gerências estratégicas na liderança eficaz da empresa de acordo com as metas fixadas pelo Conselho de Administração; i) Designar a representação da empresa perante os diferentes públicos institucionais (Associação, sindicatos, órgãos de classe, imprensa, etc.), j) Fazer cumprir as deliberações do Estatuto da Sociedade; k) Estabelecer os limites da atuação das gerências estratégicas. l) Solicitar contratação e aprovar serviços de auditoria para verificação dos atos de gestão da Diretoria Executiva e sua probidade administrativa, bem como o cumprimento dos diversos níveis de alçada; m) Solicitar contratação de serviços, de auditoria considerados necessários para o bom andamento dos negócios. n) Deliberar e aprovar, nos limites de sua competência, as atribuições omissas na estrutura organizacional e no Manual de Atribuições da Empresa. o) Autorizar a assinatura e compromissos financeiros, qualquer que seja sua natureza, adiantamentos, fianças, avais e outras garantias, além do limite de alçada estabelecido na letra “s” do artigo 20 deste Estatuto. p) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. q) Autorizar a compra ou a venda de bens imóveis. r) Autorizar a participação societária em outras empresas. **Capítulo VII - Diretoria - Artigo 17** - A companhia será administrada por uma Diretoria, composta de até 03 (três) membros, acionistas ou não, residentes no país, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Diretor Executivo. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria serão eleitos e destituíveis, a qualquer

tempo, pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** - Findo o prazo de que trata o artigo anterior, os administradores permanecerão no pleno exercício do cargo até a investidura dos sucessores eleitos, que se dará com a assinatura do respectivo termo do “Livro de Atas de Reuniões da Diretoria”. **Parágrafo Terceiro** - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente. E ao Diretor Executivo compete substituir o Vice-Presidente. No caso de não ser eleito Vice-Presidente, compete ao Diretor Executivo substituir o Presidente. **Parágrafo Quarto** - No caso de ausência em cargo de Diretoria eleita, caberá ao Presidente do Conselho de Administração a incumbência de substituir o Diretor faltante até a realização de nova eleição. **Artigo 18** - A Diretoria reunir-se-á quando convocada por seu Presidente ou pelo Vice-Presidente ou pelo Diretor Executivo, devendo estar presentes pelo menos 2 (dois) de seus membros para validade das deliberações. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo seu Presidente ou, na ausência dele, pelo Vice-Presidente. **Parágrafo Segundo** - As deliberações, que serão tomadas por maioria de votos presentes, deverão constar em forma de sumário ou por extenso no “Livro de Atas e Reuniões da Diretoria”. **Artigo 19** - A Diretoria tem as atribuições e os poderes que lhe forem conferidos por lei e pelo presente Estatuto Social para assegurar o regular funcionamento da Companhia, observadas as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, competindo-lhe administrar todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais e outras entidades de direito público e praticar, enfim, todos e quaisquer atos que julgar necessário para o bom andamento dos negócios sociais. **Parágrafo Primeiro** - A Sociedade considerará-se-á obrigada quando representada por 02 (dois) de seus diretores ou por procurador por eles indicados na forma do parágrafo segundo deste artigo 19. **Parágrafo Segundo** - Nos atos de constituição de procurador a sociedade deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Presidente, e a procuração será outorgada com prazo determinado de validade, salvo procurações para fins judiciais. **Parágrafo Terceiro** - A representação da Companhia nos atos e negócios que envolvam a prestação de garantias reais ou fidejussórias em nome da sociedade, tais como hipoteca, penhor, aval, fiança, etc., bem como a aquisição ou alienação de bens imóveis, e ainda a assunção de qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, deverá ser feita, em conjunto, pelo Presidente e outro Diretor, ou isoladamente, por um procurador com poderes específicos, nomeado na forma do parágrafo segundo. **Artigo 20** - Compete ao Presidente: a) Representar os interesses dos acionistas e fazer cumprir as deliberações e orientações estratégicas emanadas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. b) Apresentar relatórios periódicos para apreciação dos Acionistas e do Conselho de Administração, com análise crítica do desempenho global, incluindo o desempenho operacional e financeiro da Empresa. c) Analisar e aprovar o regimento interno e a estrutura organizacional da Empresa. d) Zelar pela divulgação e reforço da visão, missão, valores, política de qualidade e expectativas de organização em todos os níveis da empresa. e) Zelar pela imagem da Empresa junto aos seus acionistas, colaboradores, distribuidores, fornecedores e clientes. f) Prover a empresa de informações técnicas e mercadológicas que fundamentem o processo de decisão empresarial. g) Formular e monitorar em conjunto com o Conselho de Administração, os objetivos de longo prazo da empresa. h) Implantar e acompanhar as decisões de investimento e orçamento para a empresa, emanadas do Conselho de Administração. i) Estabelecer as políticas básicas de relacionamento institucional da Empresa com órgãos governamentais, órgãos de classe, fornecedores e concorrentes. j) Representar a empresa junto a seus públicos institucionais ou delegar poderes para representação da mesma junto às autoridades, associações de classes, organismos públicos e privados, bem como participar de feiras e eventos técnicos correlatos ao seu ambiente de negócios. k) Oferecer conselhos e emitir pareceres sobre quaisquer decisões que mudem a direção ou a ênfase do negócio. l) Aprovar os Manuais de Educação Continuada, com vistas à ampliação do conhecimento técnico dos clientes. m) Dar apoio técnico à Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento no que se refere à pesquisa de novos produtos ou melhoria em produtos. n) Dar apoio técnico à Coordenação de Atendimento ao Cliente, no que se refere à melhoria e inovação dos serviços da empresa, visando à satisfação do cliente. o) Aprovar as linhas de pesquisa relativas à melhoria em produtos ou desenvolvimento de novos produtos. p) Deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária que porventura venha a ocorrer no âmbito da empresa. q) Identificar oportunidades de negócio, formação de joint-venture, parcerias e demais possibilidade de interação comercial da Empresa. r) Responder pela empresa no contato com a mídia (jornais, televisão, publicações, etc.). s) Autorizar, em conjunto com outro Diretor, a assinatura e compromissos financeiros, qualquer que seja sua natureza, adiantamentos, fianças e avais e outras garantias, cujo valor, por operação e/ou contrato, seja igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). **Parágrafo VIII - Conselho Fiscal - Artigo 21** - A companhia poderá constituir um Conselho fiscal com as atribuições que lhe confere a lei, composto de 03 (três) membros efetivos, e suplentes em igual número, que somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral nos casos previstos no Parágrafo 2º, do Art. 161, da Lei 6.404/76. **Parágrafo Único** - A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, eleitos pela Assembleia, será fixada pela mesma, observadas as disposições legais previstas no Parágrafo 3º do Art. 162, da Lei 6.404/76. **Artigo 22** - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações contábeis exigidas em Lei. **Parágrafo Primeiro** - A companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor período, nos termos do Art. 204, da Lei 6.404/76. **Parágrafo Segundo** - A qualquer tempo poderá a Diretoria, por deliberação conjunta de sua maioria, distribuir os resultados em função dos balanços levantados, observada a limitação legal. **Artigo 23** - Os lucros líquidos apurados, após as amortizações, depreciações provisórias permitidas por lei, terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva legal, destinado a assegurar a integridade do capital societário, dedução esta que deixará de ser obrigatória tão logo este fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital; b) o saldo restante terá o destino que a Assembleia Geral determinar, mediante proposta do Conselho de Administração, acompanhada do respectivo parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Parágrafo Primeiro** - Os dividendos deverão ser obrigatoriamente distribuídos aos acionistas na forma definida na Assembleia geral que os aprovar. **Parágrafo Segundo** - Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da data do aviso do pagamento prescreverão em favor da sociedade. **Parágrafo Terceiro** - Os dividendos obrigatórios aos acionistas nunca serão inferiores a 25%, respeitadas as vantagens legais e estatutárias. **Parágrafo Quarto** - A remuneração aos acionistas poderá ser realizada através de pagamento de juros sobre o capital próprio, os quais poderão compor a parcela mencionada no parágrafo terceiro para os efeitos nele descritos. **Capítulo X - Resolução, Liquidação, Extinção - Artigo 24** - A companhia entrará em dissolução e extinção nos casos previstos em lei. **Parágrafo Único** - Nos casos relacionados no Inciso I do Art. 206 da Lei nº 6.404/76, o liquidante ou liquidantes serão indicados pela Assembleia Geral assim como o Conselho Fiscal que funcionará durante o período da liquidação. **Capítulo XI - Transformação, Incorporação, Fusão e Cessão - Artigo 25** - A Sociedade será dissolvida e liquidada na forma da legislação vigente. **Parágrafo Único** - Compete a Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração. Lagoa Santa/MG, 24 de abril de 2017. *Certifica-se que a presente é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.* Emmanuel Tiago de Souza - Secretário

Prefeitura Municipal de Paracatu / Secretaria Municipal de Transporte.
Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP nº 14/2017. Processo de Compra nº 3.907/2017** - tipo Menor Preço por Item. Objeto: **A aquisição de mata-burros em base de concreto via sistema de registro de preços para serem instalados em diversas regiões do Município de Paracatu/MG.** Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 19-06-2017 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br
Paracatu, 30 de Maio de 2017. **Valtiere Freitas Silva** - Pregoeiro.

AUDLAB - Automação para Diagnóstico Laboratorial S/A
CNPJ/MF: 17.298.896/0001-30 - NIRE 3130010279-3
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2017
Data, Hora e Local: 25 de abril de 2017, às 16:00 horas, na sede social da AUDLAB - AUTOMAÇÃO PARA DIAGNÓSTICO LABORATORIAL S/A (“**Companhia**”), localizada na Rua Cento e Dois, n. 115, Bairro Vista Alegre, na Cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, CEP 33400-000.
Publicações Pré-ias: a) Edital de Convocação – dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença da acionista única detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/76; **b) Aviso de Acionistas** – dispensada a publicação do Aviso aos acionistas, conforme disposto no art. 133, §4º, da Lei 6.404/76; **c) Publicações do art. 133, da Lei n. 6.404/76** – publicações dispensadas, na forma do inciso II do Art. 294 da Lei 6.404/76, sendo certo que cópia autenticada das demonstrações financeiras serão arquivadas no Registro Público de Empresas Mercantis juntamente com a presente ata. **Presença:** Presente a acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme lançamento do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa: Presidente:** Eliane Dias Lustosa Cabral; **Secretário:** Emmanuel Tiago de Souza. **Ordem do dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2016**, nos termos do artigo 132 da Lei n. 6.404/76; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2016**; (iii) Fixação da remuneração anual da Diretoria. **Deliberações tomadas:** Após a leitura dos documentos relativos à ordem do dia, passou-se à discussão e apreciação das matérias, tendo a acionista única da Companhia tomado as seguintes deliberações: **(i) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras.** A acionista única aprovou, sem ressalvas, as contas dos administradores, incluindo o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. **(ii) Destinação do Lucro Líquido do Exercício.** A acionista deliberou que não haverá distribuição de lucros e dividendos, tendo em vista a incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, uma vez que não houve receita operacional no exercício encerrado em 31/12/2016. **(iii) Fixação da Remuneração Anual da Diretoria.** Tendo em vista que a Diretoria da Companhia é a mesma da Labtest Diagnóstica S/A, sua acionista única, os membros da Diretoria serão remunerados pela Labtest Diagnóstica S/A, conforme valores aprovados pela Assembleia Geral Ordinária desta sociedade. Pelo exposto, os Diretores renunciaram ao recebimento de remuneração pela Companhia. **Arquivamento e Publicações.** Por fim, a acionista deliberou o arquivamento desta ata perante o Registro Público de Empresas Mercantis e que as publicações legais sejam feitas e os livros sociais transcritos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se esta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada por unanimidade e assinada por todos os acionistas presentes; Labtest Diagnóstica S/A (p/ Eliane Dias Lustosa Cabral e Douglas Cardoso) *Certifica-se que a presente é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.* Emmanuel Tiago de Souza - **Secretário**

BRAFRER INVESTIMENTOS S/A				
CNPJ/MF: 17.246.695/0001-99				
RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016, comparadas às do exercício findo em 31/12/2015. Belo Horizonte 05 de Fevereiro de 2017. A Diretoria				
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2016 E 31/12/2015				
	31/12/2016	31/12/2015		
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	RS 769.298,98	RS 1.295.337,30	CIRCULANTE	RS 605.112,76
Caixa e Equivalente de Caixa	RS 491.457,89	RS 1.127.944,74	Fornecedores	RS 2.139,48
Impostos a Recuperar	RS 23.011,78	RS 11.174,55	Empréstimos bancários	RS 194.584,47
Aluguéis a Receber	RS 193.895,37	RS 148.517,91	Impostos e Taxas a Recolher	RS 15.119,67
Outras Contas a Receber	RS 60.933,94	RS 7.700,10	Salários, Encargos e Provisões	RS 69.876,98
NÃO CIRCULANTE	RS 22.931.247,64	RS 22.381.749,79	Outras Contas a Pagar	RS 25.266,22
REALIZÁVEL LONGO PRAZO			Dividendos a Pagar	RS 298.125,94
PRÉZIO	RS 921.822,32	RS 597.035,43	NÃO CIRCULANTE	RS 23.095.433,86
Depósitos para Recursos	RS 739.034,77	RS 410.304,65	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	RS 709.102,11
Outras Contas a Receber RLP	RS 182.787,55	RS 186.730,78	Crédito com pessoas ligadas PJ/PF	RS 589.102,11
INVESTIMENTOS	RS 1.968.800,83	RS 1.756.375,90	NÃO CIRCULANTE	RS 23.095.433,86
Imóveis p/Venda	RS 1.887.056,64	RS 1.678.631,71	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	RS 709.102,11
Outros Investimentos	RS 77.744,19	RS 77.744,19	Crédito com pessoas ligadas PJ/PF	RS 589.102,11
IMOBILIZADO	RS 20.041.011,46	RS 20.023.957,19	Aluguéis caucionados	RS 120.000,00
Imóveis	RS 19.777.110,69	RS 19.800.662,65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RS 22.329.278,86
Outras Imobilizações.	RS 263.900,77	223.294,54	Capital Social	RS 21.955.015,81
INTANGÍVEL	RS 3.613,03	RS 4.381,27	Reserva Legal	RS 431.315,94
Bens intangíveis.	RS 3.613,03	4.381,27	Prejuízo Acumulados	RS 374.763,05
TOTAL DO ATIVO	RS 23.700.546,62	RS 23.677.087,09	TOTAL DO PASSIVO	RS 23.700.546,62
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO				
	31/12/2016	31/12/2015		
Receita Operacional Bruta			Fluxo de caixa das atividades de Operacionais	
Aluguéis	2.019.003,07	2.805.229,36	Lucro Líquido do Exercício	1.131.057,76
Deduções:	(191.972,88)	(259.483,71)	Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais	33.898,40
Impostos e Contribuições			(+) Depreciações	24.222,06
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	1.827.030,19	2.545.745,65	Lucro Líquido do Exercício Ajustado	RS 1.164.956,16
Despesas Administrativas	(1.295.069,96)	(1.810.117,64)	Variação nos ativos e passivos	
Honorários da Diretoria e Conselho Fiscal	5.329,39	(98.171,72)	Redução (Aumento) em Impostos a Recuperar	(11.837,23)
Juros sobre capital próprio	-	(275.000,00)	Redução (Aumento) em Aluguéis a Receber	(45.377,46)
Receitas Financeiras	212.397,85	85.150,00	Redução (Aumento) em Outras Contas a Receber	(53.233,84)
Despesas Financeiras	(160.809,84)	(198.527,53)	Redução (Aumento) em Depósitos para Recursos.	(328.730,12)
Impostos e Taxas	(106.708,97)	(158.683,02)	Redução (Aumento) em Outras Contas a Receber RLP	3.943,23
Outras Receitas	1.254.617,65	3.527.964,92	Aumento (Redução) em Fornecedores	(8.697,72)
Alienação de ativos	(281.513,05)	(659,58)	Taxas a Recolher	(53.724,02)
Outras Despesas	(92.174,69)	(167.629,70)	Aumento (Redução) em Salários, Encargos e Provisões	(23.173,21)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	1.455.273,26	2.507.075,01	Contas a Pagar	24.668,45
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(92.174,69)	(167.629,70)	Aumento (Redução) em Dividendos a Pagar	256.779,87
LUCRO (PREJ.) ANTES DO IMP.	1.363.098,57	2.339.445,31	Aumento (Redução) em Crédito com pessoas ligadas PJ/PF	49.358,41
DE RENDA	232.040,81	(441.638,06)	Aumento (Redução) em Empréstimos bancários ELP	(163.333,32)
Provisão para o Imposto de Renda			Aumento (Redução) em Aluguéis caucionados	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.131.057,76	1.897.807,25	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	RS 811.599,20
Lucro por ação	16.082,61	26.985,09	Fluxo de caixa das atividades de Financiamentos	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Descrição	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2014	21.955.015,81	279.872,69	-	22.234.888,50
Lucro do Exercício			1.897.807,25	1.897.807,25
Reserva Legal		94.890,36	(94.890,36)	-
Dividendos distribuídos			(1.802.916,89)	(1.802.916,89)
Saldo em 31/12/2015	21.955.015,81	374.763,05	-	22.329.778,86
Lucro do Exercício			1.131.057,76	1.131.057,76
Reserva Legal		56.552,89	(56.552,89)	-
Dividendos distribuídos			(1.074.504,87)	(1.074.504,87)
Saldo em 31/12/2016	21.955.015,81	431.315,94	-	22.386.331,75
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
1-CONTEXTO OPERACIONAL: O cenário político e econômico adverso causou-nos substancial redução das rendas por aluguéis corporativos, da ordem de 28%. A empresa permanece com forte posicionamento no mercado de locação corporativa de primeira linha em Belo Horizonte, bem como também com promissora perspectiva futura junto aos seus projetos de expansão imobiliária industrial e residencial nas cidades de Contagem e Betim. A Diretoria .				
2-SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:				
a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. b) Caixa e Equivalente de Caixa - Abrangem numerários em espécie e depósitos bancários à vista. c) Ativos Realizáveis e Passivos Exigíveis - Atualizados, quando aplicável, pelos índices legais. d) Investimentos - Em coligações: Avaliado pelo método de equivalência Em imóveis: contabilizado pelo valor de custo. e) Imobilizado - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação acumulada. Os percentuais de depreciação aplicados pelo método linear são considerados compatíveis com a vida útil estimada dos bens f) Provisões - Foram contabilizados as provisões adequadas para as obrigações trabalhistas e fiscais existentes.				
3 - INVESTIMENTOS	31/12/2016	31/12/2015		
Partic. Empresas Ligadas/Coligadas	66.573,50	66.573,50		
Imóveis p/Venda	1.887.056,64	1.678.631,71		
Aplicações p/Incentivos Fiscais	8.119,93	8.119,93		
Outros Investimentos	3.050,76	3.050,76		
TOTAIS	1.964.800,83	1.756.375,90		
4- IMOBILIZADO em 31/12/2016 (RS)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Imóveis p/Renda	19.961.485,70	0,00	19.961.485,70	
Instalações	4.106,46	4.347,55	-241,09	
Máquinas e Equipamentos	107.674,66	107.674,66	0,00	
Outras Imobilizações	152.119,65	72.352,80	79.766,85	
TOTAIS	20.225.386,47	184.375,01	20.041.011,46	
5- INTANGÍVEL em 31/12/16 (RS)	Custo Corrigido	Amortizações	Valor Líquido	
Marcas e Patentes	1.092,47	424,27	668,20	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG.
Aviso de Pregão 030/2017. Será realizado as 09h00min no dia **14 de junho de 2017**, em sua sede Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado, MG, **Processo Licitatório nº. 057/2017, Pregão Presencial nº. 030/2017.** Objeto: Seleção de propostas para **Registro de Preços** objetivando a contratação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas para prestação de serviços gráficos, conforme especificações contidas no edital e anexos, colocados a disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário de 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min e no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br Informações pelo telefone (31) 3883 1153. Santa Cruz do Escalvado – MG, 31 de maio de 2017. Sônia Maria Untaler, Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 0029/2017 - Processo Nº. 0061/2017
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de estruturação de eventos (placa de fechamento, grade, sonorização, iluminação, palco, grid, tendas, gerador e banheiro químico) realizados pela Secretaria de Cultura do município de Montes Claros/MG.
ENCAMINHAMENTO/RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico no sítio www.licitacoes-e.com.br.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h00min do dia 19 de junho de 2017.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 19 de junho de 2017.
INÍCIO DA DISPUTA: às 09h00min do dia 19 de junho de 2017.
O Edital Está disponível nos sítios www.montesclaros.mg.gov.br→**Central de Compras**→ **Pregão PMMC** e www.licitacoes-e.com.br.
PREGÃO ELETRÔNICO 0045/2017 - Processo Nº. 0086/2017
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte, que atenderá as delegações esportivas do município de Montes Claros.
ENCAMINHAMENTO/RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico no sítio www.licitacoes-e.com.br.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h00min do dia 14 de junho de 2017.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 14 de junho de 2017.
INÍCIO DA DISPUTA: às 09h00min do dia 14 de junho de 2017.
O Edital Está disponível nos sítios www.montesclaros.mg.gov.br→**Central de Compras**→ **Pregão PMMC** e www.licitacoes-e.com.br.
Montes Claros, 31 de maio de 2017.
Wagner Tadeu Rodrigues Pitta
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A Pref. Municipal de Luislândia/MG - torna público o Processo Licitatório nº 073/2017, Pregão Presencial nº para registro de preços nº 023/2017. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços funerários e fornecimento de mortuários destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social. Abertura da sessão: 20/06/2017 às 09h00min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e site: www.luislandia.mg.gov.br. Pregoeira oficial: **Marcela Ribeiro**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 24/2017 - Objeto: Aquisição de equipamentos/Material Permanente para Centro de Saúde-Proposta MS 13661.594000/1160-01. Dia da licitação: 13/06/2017 às 09:00hs. Local: Pça. Presidente Vargas, 01 – Centro, Porteirinha/MG. Edital disponível no setor de licitação da prefeitura, maiores informações (38) 3831-1297. Porteirinha/MG, 31/05/2017. Advª Mendes Silva – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ-MG
torna público o P. nº 029/2017 PP nº 24/2017. Objeto: Aquisição de Medicamentos. SRP. Sessão: 21/06/2017 às 08:00 hs. Edital: Prefeitura ou por e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com. Ibaiá, 31 de maio de 2017. Elaine Fernandes-Pregoeira.

**HOJE EM DIA**

LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

Edital de Leilão-Sicoob Coopemata
Edital de Leilão 002/2017 – O **Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho**, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão simultâneo ao online na Rua Major Felicíssimo, 256, lojas 471 e 473, Centro, Visconde do Rio Branco/MG, em 26/06/2017, 1ª praça e no dia 11/07/2017, às 13h, 2ª praça. Imóvel em Visconde do Rio Branco/MG. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PÚBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 051/17, TOMADA PREÇO - Nº 003/17, TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO EM PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO – BLOQUETE, NESTE MUNICÍPIO, CONVÊNIO SETOP 391/14. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 19/06/17 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO NA PREFEITURA M. MALACACHETA/MG. MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629. MALAC. 31/05/2017.
AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PÚBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 052/17, PREGÃO PRESENCIAL - Nº 039/17, TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DESTA MUNICÍPIO. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 12/06/17 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629. MALAC. 31/05/2017.

**RESTAURANTE PARTICIPANTE DO CHEFS CLUB**

**ROKKON**
Gastronomia Japonesa

CHEFSCLUB LEVA VOCÊ AO ROKKON

Para participar do concurso cultural*, acesse o site clubehd.hojeemdia.com.br e complete a frase: **"Ir ao Rokkon será uma experiência..."**

A frase mais criativa ganhará um voucher que dá direito a um combinado salmão simples para duas pessoas. *Promoção válida de 01/06/17 a 05/06/17. Sorteio e ganhadores no site 06/06/17.



Faça parte do melhor Clube de Assinantes de Minas Gerais

Não perca tempo, ligue e peça o seu cartão.
BH e Região Metropolitana **31 3270 8200**

Você ainda pode fazer um cartão adicional e cadastrar um dependente.
Informe-se: [facebook.com/clubehd](https://www.facebook.com/clubehd)

**Bradesco**

LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE DE ÁREA RURAL - SABARÁ/MG
1º Leilão: 20/06/2017, às 14h00 2º Leilão: 28/06/2017, às 14h00

ZUKERMAN
LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE - Fabio Zukerman, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 719, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do leiloeiro à Avenida Angélica nº 1.996, 3º andar, em São Paulo-SP. **Localização do imóvel: Sabará/MG, Distrito de Mestre Caetano. Área rural c/ 2,00 hectares**, no local denominado Fazendinha das Ameixeiras ou Gleba 50. **Acesso:** Sabará sentido Caeté 1,3km, a esquerda sentido Povoado de Pompéu a 1km, a direita sentido Cuabá de Baixo a 2,6km, a esquerda a +/- 100metros. Cadastro no INCRA sob nº 426.172.264.105, Matr. 13.032 do RI local. Obs.: Ocupada. (AF). **1º Leilão: 20/06/2017, às 14h00. Lance mínimo: R\$ 302.498,74. 2º Leilão: 28/06/2017, às 14h00. Lance mínimo: R\$ 95.978,22** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. **Informações: (11) 2184-0900 ou e-mail: contato@zukerman.com.br - Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: www.bradesco.com.br e www.zukerman.com.br**

**HOJE EM DIA**

LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial Nº 050/2017. Torna Público, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, a realização da Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017. Registro de Preços. Objeto: Registro de Preços Visando a Futura e Eventual Aquisição de Óleos Lubrificantes, Graxas, Aditivos e Afins, para Manutenção da Frota Municipal. A entrega e a abertura dos envelopes será às 09h00min, do dia 14/06/2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone: (31) 3872-5005. Marcelo Russo Lima - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG. Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico Nº 051/2017. Torna Público, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, a realização da Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017. Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Serviços Mecânicos com Fornecimento de Peças para Atender a Frota do Município. A entrega e a abertura dos envelopes será às 13h15min, do dia 14/06/2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone: (31) 3872-5005. Marcelo Russo Lima - Pregoeiro.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LILIAN JULIETA NOBRE, a Oficial Substituta de Registro de Imóveis da Comarca de Almenara/MG, situado na Avenida Olindo de Miranda nº 1000, Lj. 01 Bairro Centro, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei nº 9.514/97, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, atendendo a requerimento escrito da Caixa Econômica Federal, credora do Contrato de Financiamento Imobiliário nº 155551673205, garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, firmado em 26/11/2011, registrado nesta Serventia sob o R-08 da matrícula nº 9.835, referente ao imóvel situado na RUA EXUPERIO ALVES CANGUSSU Nº 764, CENTRO- ALMENARA/MG CEP 39.900-000, nesta cidade de Almenara/MG, o qual o valor do saldo devedor encontra-se no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Almenara/MG, MARCELO PIRES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade MG-12549137 expedida por SSP/MG e do CPF 049.871.996-02, que fica INTIMADO para satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, conforme planilha disponível na sede da serventia, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel que porventura existirem, além das despesas de cobrança e de intimação. O pagamento deverá ser procedido diretamente ao credor na agência bancária onde foi efetuado o contrato de financiamento, devendo o recibo ser apresentado nesta Serventia. Poderá ainda o pagamento ser procedido diretamente na sede da serventia, mediante cheque administrativo ou visado, nominal ao credor fiduciário. Na oportunidade, ficam V.S.as Cientificadas que o não cumprimento das referidas obrigações, no prazo ora estipulado, pode garantir o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária –Caixa Econômica Federal– nos termos do art. 26, § 7º da Lei 9.514/97.

Almenara, 26 de maio de 2017

Lilian Julieta Nobre
Lilian Julieta Nobre
Oficial Substituta

Lilian Julieta Nobre
Lilian Julieta Nobre
Oficial Substituta

**FRANCO LEILÕES**

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG

PRESENCIAL E ON-LINE
BANCO INTERMÉDIO

1º LEILÃO: 06/06/2017 - 11:45h 2º LEILÃO: 08/06/2017 - 11:45h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Mat. JUCEMG nº1030, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo Presencial e Online o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **IMÓVEL:** Urbano, constituído pela casa nº 07 (sete) do RESIDENCIAL SANTIAGO, situada à Rua Batistais, nº 260, com área privativa principal de 58,84m², área privativa total de 84,44m², área real total de 84,44m² e sua respectiva fração ideal de 0,12169 do terreno constituído pelo lote nº 14 (quatorze) da quadra nº 130 (cento e trinta) do BAIRRO PARQUE XANGRILÁ - 3ª seção, no município de Contagem, com as seguintes confrontações: lote de esquina, lado esquerdo com o lote 13 e fundo com o lote 15, com área, limites e confrontações de acordo com a planta respectiva. A unidade tem direito a uma vaga de garagem destinada a veículo de pequeno porte. Conforme AV-2 foi concedido o habite-se a baixa de construção para o imóvel constante dessa matrícula, com área construída de 485,36m². Imóvel devidamente matriculado sob o número 136.833 do Cartório de Registro de Imóveis de Contagem/MG. **DATA DOS LEILÕES:** 1º Leilão: 06/06/2017 às 11:45 horas e o 2º Leilão (caso seja necessário) será realizado no dia 08/06/2017 às 11:45 horas. **LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo 2222, sala 402, Estoril - CEP 30494-080 Belo Horizonte - MG. **DEVEDOR (A) FIDUCIARTE:** FARLEY SALOMÃO DE SOUZA CRUZ, brasileiro, casado, motorista, RG: MG-12.397.017 SSP/MG, CPF: 065.823.846-94 e PRISCILA MORAIS MARCHESANI, brasileira, casada, RG: MG-11.682.032 SSP/MG, CPF: 015.455.926-16, casados entre si, sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados à Rua dos Bandidos, nº 555, Apto 101, Bloco E, Bairro Conjunto Caladina, Belo Horizonte/MG - CEP 30850-470. **DO PAGAMENTO:** No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES:** 1º leilão: R\$232.152,67 (duzentos e trinta dois mil, cento cinquenta dois reais, sessenta sete centavos) 2º leilão: R\$210.350,94 (duzentos e dez mil, trezentos cinquenta reais, noventa quatro centavos), calculados na forma do art. 27 §§ 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados na presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação, a ser paga a vista, no ato do leilão. **DO LEILÃO ONLINE:** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site <https://www.francoleiloes.com.br> e se habilitar acessando a opção "Habite-se", com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas, antes do início do leilão presencial. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. A presente venda é feita em caráter "ad corpus" no estado de conservação em que se encontra, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária. O(s) imóvel(s) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalente, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correção por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como: taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrendamento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31) 3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG 26 de Maio de 2017.

www.francoleiloes.com.br

(31) 3360-4030

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG. Aviso de Pregão 029/2017. Será realizado as 09h00min no dia **13 de junho de 2017**, em sua sede Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado, MG, **Processo Licitatório nº. 054/2017, Pregão Presencial nº. 029/2017.** Objeto: Contratação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas para fornecimento de produtos para compor Kit Natalidade, conforme especificações contidas no edital e anexos, colocados a disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min e no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br Informações pelo telefone (31) 3883 1153. Santa Cruz do Escalvado – MG, 31 de maio de 2017. Sônia Maria Untaler, Prefeita Municipal.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SRS.
RAILTON BATISTA DOS SANTOS

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo-MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento da Credora, do contrato de financiamento imobiliário nº 844440239687-2, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob a matrícula nº 30807, desta Serventia, referente ao imóvel situado na RUA HELENICE HERMETO COSTA, Nº 304 B, CASA 03, SANTA TEREZA, EM PEDRO LEOPOLDO/MG, CEP: 33.600-000, fica(m) intimado(s) o(s) devedor (es) Srs. RAILTON BATISTA DOS SANTOS, CPF: 790.510.495-87, a cumprir(em) as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos. Os valores dos encargos estarão sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado à Rua Comendador Antônio Alves, 451, Centro, Pedro Leopoldo-MG, e a Caixa Econômica Federal, na Rua Tupinambás, 486 – 8º andar, Centro, em Belo Horizonte - MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora/fiduciária – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – nos termos do artigo 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Pedro Leopoldo, 17 de Abril de 2017. O Oficial, Césio Rosa Pereira.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SRS.
MARCELA DEYSIANE SILVA SOUZA /
ANDRÉ VICTOR CARVALHO DOS SANTOS

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo-MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento da Credora, do contrato de financiamento imobiliário nº 855553136269-0, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob a matrícula nº 32487, desta Serventia, referente ao imóvel situado na RUA VITAL BATISTA, Nº 23, APARTAMENTO 11, BLOCO 02, LAGOA DE SANTO ANTÔNIO, EM PEDRO LEOPOLDO/MG, CEP: 33.600-000, fica(m) intimado(s) o(s) devedor (es) Srs. MARCELA DEYSIANE SILVA SOUZA, CPF: 122.148.616-02 / ANDRÉ VICTOR CARVALHO DOS SANTOS, CPF: 108.734.706-80, a cumprir(em) as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos. Os valores dos encargos estarão sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado à Rua Comendador Antônio Alves, 451, Centro, Pedro Leopoldo-MG, e a Caixa Econômica Federal, na Rua Tupinambás, 486 – 8º andar, Centro, em Belo Horizonte - MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora/fiduciária – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – nos termos do artigo 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Pedro Leopoldo, 17 de Abril de 2017. O Oficial, Césio Rosa Pereira.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SRS.
WELBERT SOUZA LIMA

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo-MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento da Credora, do contrato de financiamento imobiliário nº 855552287561-3, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o nº R-03 na matrícula nº 30106, desta Serventia, referente ao imóvel situado na RUA VEREADOR MAGNO CLARET, Nº 1258, APARTAMENTO 03, BLOCO 01, LAGOA DE SANTO ANTÔNIO, EM PEDRO LEOPOLDO/MG, CEP: 33.600-000, fica(m) intimado(s) o(s) devedor (es) Srs. WELBERT SOUZA LIMA, CPF: 078.755.596-77, a cumprir(em) as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos. Os valores dos encargos estarão sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado à Rua Comendador Antônio Alves, 451, Centro, Pedro Leopoldo-MG, e a Caixa Econômica Federal, na Rua Tupinambás, 486 – 8º andar, Centro, em Belo Horizonte - MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora/fiduciária – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – nos termos do artigo 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97. Pedro Leopoldo, 04 de Abril de 2017. O Oficial, Césio Rosa Pereira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE CONTRATO. Contrato: 336/2017. Contratante: Prefeitura Municipal de Maria da Fé. Contratada: Construtora Gonçalves – EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em calçamento com bloquetes, meio fios em ruas, no Bairro Santo Antônio, zona urbana do Município de Maria da Fé, com demolições de pavimentação asfáltica, carga, descarga e transporte dos entulhos, regularização e compactação de supleito, execução de sarjeta de concreto usinado, execução de pavimento em piso intertravado com bloco sextavado de 25 x 25 e sinalização, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, conforme Convênio entre o Ministério das Cidades e a esta Prefeitura Municipal, nº 1023579-02/2017. Valor: R\$ 198.742,65 (cento e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) Vigência: 29/05/2017 à 30/12/2018. Data da Assinatura: 29/05/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Hugo Flávio Lobato Marinho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pará de Minas-MG, na forma da Lei, etc., Faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04 na qualidade de credora fiduciária do contrato de financiamento imobiliário nº. 855552796192, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 02/10/2013, devidamente registrado sob o nº. R-2 em 28 de novembro de 2013, na matrícula 52.936, de nossa Serventia, referente a uma Casa Residencial situada na Avenida Jadir de Moura nº. 63, no “RESIDENCIAL LUIZ NOGUEIRA”, Bairro Bonfim, Município de São Gonçalo do Pará desta Comarca de Pará de Minas-MG e seu respectivo lote de terreno, e após tentativas de intimação administrativa via Cartório de Registro de Títulos e Documentos, intimo o Sr. LUIZ HENRIQUE SILVA, brasileiro, solteiro, maior, mecân. de manut., montador, prep., CNH nº. 04678922269-DETRAN/MG, CPF nº 039.610.846-61, para que o mesmo venha cumprir as obrigações contratuais vencidas, no valor declarado de R\$ 9.835,62 (nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos), na data de 09/04/2017, mais as prestações vencidas após, as despesas com as cobranças e intimações. – Fica, portanto, INTIMADO o Sr. LUIZ HENRIQUE SILVA, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da 3ª. e última publicação deste EDITAL., se dirija a este Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rua Manoel Batista, nº. 175, sala 202, Centro, nesta cidade de Pará de Minas-MG, para purgar o débito, cientificando que, o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade de imóvel em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do § 7º. do artigo 26 da mesma Lei 9.514/97, já citada. – E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente EDITAL, que será publicado por três dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Pará de Minas, aos 08 de maio de 2017. P/Oficial (a) Francisco Antônio Eleutério Flores.

PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A
CNPJ: 76.033.539/0001-09 NIRE: 3130000194-6
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 28 (vinte e oito) de Abril de 2017, às 09:00 (nove) horas, em 1ª convocação. Presença: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Local: Sede social sita à Rua Professor Magalhães Drumond, nº 218 Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte – MG. Assinatura: Assinatura Geral Ordinária Presidente: Dr. Juares Viana Dolabela Marques Secretário: Dr. Jackson Cançado Ribeiro Documentos Submetidos à Assembleia: A) – Relatório da Administração; B) – Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2016: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. Publicações: A) – Aviso aos acionistas, disponibilizando a documentação exigida pelo art. 133 da Lei 6.404/76, publicados no DOMG dias 11, 14 e 15 de março de 2017. Caderno 2, páginas 6, 12 e 23 respectivamente e no “Hoje em Dia” dos dias 09, 10 e 11 de março de 2017, páginas 10, 12 e 14 respectivamente. B) – Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano findo em 31/12/2016, publicados no DOMG do dia 20/04/2017 Caderno 2, nas páginas 35 e 36 e no “Hoje em Dia” do dia 20/04/2017 na páginas 19 e 20. C) – Edital de convocação da AGO, publicados no DOMG dias 20, 21 e 25 de abril de 2017 Caderno 2, nas páginas 53, 12 e 27 respectivamente e no “Hoje em Dia” dias 20, 21 e 22 de abril de 2017 nas páginas 25, 12 e 13 respectivamente. Ordem do Dia: A) – Exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016; B) – Destinação dos Resultados; C) – Fixação dos Honorários da Diretoria; D) – Outros assuntos de interesse da sociedade. Deliberações: A) – Após exame e discussão, foram aprovadas, por unanimidade, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016; B) – Foi deliberado manter o resultado do exercício em conta de reserva de lucros até posterior deliberação; C) – Foi fixada uma verba mensal de até R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para pagamento de honorários aos diretores, os quais deliberarão sobre sua distribuição em reunião de Diretoria. Esgotada a ordem do dia o Senhor Presidente franqueou a palavra aos presentes e como ninguém dela fizesse uso, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Assembleia, pedindo os Senhores Acionistas que se mantivessem no recinto até a lavratura da presente ata, o que foi feito, tendo sido lida, inteiramente aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Da mesma são extraídas cópias, todas conferidas e autenticadas para fins de direito. Eu Jackson Cançado Ribeiro, Secretário da Mesa, lavrei, subscrevi e assino nesta data. Belo Horizonte, 28 de abril de 2017. (aa) Jackson Cançado Ribeiro – Secretário da Mesa, (aa) Juares Viana Dolabela Marques – Presidente da Mesa, (aa) M.R.P Participações Ltda. – acionista ora representada por seus administradores, Juares Viana Dolabela Marques, Fernando Soares Magalhães Viana e Jackson Cançado Ribeiro, na forma de seu contrato social, (aa) Jackson Cançado Ribeiro – Acionista, (aa) Juares Viana Dolabela Marques – Acionista, (aa) Fernando Soares Magalhães Viana – Acionista. A presente ata é cópia fiel e integral da original lavrada no livro próprio, ao qual reportamos. Belo Horizonte, 28 de abril de 2017. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico registro sob o nº 6280051 em 19/05/2017 da Empresa PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, Nire 31300001946 e protocolo 172541603-16/05/2017. Autenticação: 8D538FFEB4B5762DFFB2C99A96576C50A2473D75. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Juares Viana Dolabela Marques - Presidente da Mesa. Jackson Cançado Ribeiro - Secretário da Mesa. Fernando Soares Magalhães Viana – Acionista.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LILIAN JULIETA NOBRE, a Oficial Substituta de Registro de Imóveis da Comarca de Almenara/MG, situado na Avenida Olindo de Miranda nº 1000, Lj. 01 Bairro Centro, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei nº 9.514/97, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, atendendo a requerimento escrito da Caixa Econômica Federal, credora do Contrato de Financiamento Imobiliário nº 844440058662-3, garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, firmado em 02/05/2012, registrado nesta Serventia sob o R-04 da matrícula nº 12.312, referente ao imóvel situado na BR 367 Nº 815, BAIRRO CIDADE NOVA-ALMENARA/MG CEP 39.900-000, nesta cidade de Almenara/MG, o qual o valor do saldo devedor encontra-se no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Almenara/MG, MARCIO JOSÉ DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade MG-10.941.588 expedida por SSP/MG e do CPF 053.637.156-35, que fica INTIMADO para satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, conforme planilha disponível na sede da serventia, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel que porventura existirem, além das despesas de cobrança e de intimação. O pagamento deverá ser procedido diretamente ao credor na agência bancária onde foi efetuado o contrato de financiamento, devendo o recibo ser apresentado nesta Serventia. Poderá ainda o pagamento ser procedido diretamente na sede da serventia, mediante cheque administrativo ou visado, nominal ao credor fiduciário. Na oportunidade, ficam V.S.as Cientificadas que o não cumprimento das referidas obrigações, no prazo ora estipulado, pode garantir o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária –Caixa Econômica Federal– nos termos do art. 26, § 7º da Lei 9.514/97.

Almenara, 26 de maio de 2017

Lilian Julieta Nobre
Lilian Julieta Nobre
Oficial Substituta

Lilian Julieta Nobre
Lilian Julieta Nobre
Oficial Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A PREF. MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG - torna público o Processo Licitatório nº 055/2017. Credenciamento 002/2017. Inexigibilidade 002/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES EM CLÍNICA MÉDICA COM A FINALIDADE DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRUTA DE LEITE/MG. Abertura de 02/06/2017 à 31/12/2017. Edital disponível no site através do site: www.frutadeleite.mg.gov.br
Presidente da CPL: Tamires Ribeiro.

Prefeitura Municipal de Catas Altas/MG
O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS/MG torna publico aos interessados a realização do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 033/2017, processo autuado nº180/2017, exclusivo para MPE's, visando a aquisição de lentes e armação de óculos em atendimento a demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Saúde, conforme edital e seus anexos. Início da sessão pública: 14/06/2017 às 9 horas. O edital encontra-se disponível no site: <http://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>. Mais informações via e-mail: pregao@catasaltas.mg.gov.br. Telefone: 31-3832-7113.
Catas Altas, 31 de maio de 2017.
José Alves Parreira – Prefeito.

LEILÃO PÚBLICO
Local: Rua Tiradentes, 765 Sala 401Centro Montes Claros/MG
Data: 12/06/2017 09:30 Hs
Um lote terreno com área 2.059 m² localizado Av. Dulce Sarmento próximo ao número 1.060 ao lado da concessionária Hyundai Montes Claros/MG
Data: 12/06/2017 14:00 Hs
Um lote terreno 200m² em Francisco Sá/MG; Um veículo ônibus Scania ano 2000; móveis para escritório; 67 vestidos de cetim para festa; Um veículo GM Spin 1.8 L AT; grupo gerador Stamac Weg Star rotação 1.800 Rpm ano 2012 tensão 220/330/440.
Email: marcusviniciusleiloes@yahoo.com.br - (38)3221-5324/ 99909-7240

CARDAN ENGENHARIA S/A
CNPJ N.º 09.329.077/0001-84 NIRE: 3130010593-8
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Data: 28 (vinte e oito) de abril de 2017 Hora e Local: Às 10:00 horas, na Sede Social sita à Rua Uruguai, 250, Sala 501, Sion, em Belo Horizonte - MG. Quorum: Presentes os acionistas Jânio Valeriano Alves e Heraldo de Carvalho Vitória, representando a totalidade do capital social. Dispensada a publicação do edital de convocação face à presença da totalidade dos acionistas. Assembleia: Assembleia Geral Ordinária Presidente: Dr. Jânio Valeriano Alves Secretário: Dr. Heraldo de Carvalho Vitória. Documentos Submetidos à Assembleia: A) – Relatório da Administração; B) – Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2016; Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. Publicações: Aviso aos acionistas, disponibilizando a documentação exigida pelo art. 133 da Lei 6.404/76, publicados no DOMG dias 11, 14 e 15 de março de 2017 Caderno 2, páginas 6, 12 e 23 respectivamente e no “Hoje em Dia” dos dias 09, 10 e 11 de março de 2017, páginas 10, 12 e 14 respectivamente. B) – Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano findo em 31/12/2016, publicados no DOMG do dia 25/04/2017 Caderno 2, página 24 e no “Hoje em Dia” do dia 25/04/2017 página 14. Ordem do Dia: Apreciação e deliberação sobre o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016, destinação do resultado do exercício e outros assuntos de interesse da sociedade. Deliberações: Aprovados, por unanimidade, as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Aprovada a não remuneração dos diretores no próximo exercício. Aprovada manutenção dos resultados acumulados em 31 de dezembro de 2016 em conta de Reserva de Lucros para posterior deliberação. Nada mais tendo sido deliberado, a presente ata vai assinada por mim, Heraldo de Carvalho Vitória, secretário e acionista e Jânio Valeriano Alves, presidente e acionista. Belo Horizonte, 28 de abril de 2017. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico registro sob o nº 6283103 em 24/05/2017 da Empresa CARDAN ENGENHARIA S/A, Nire 31300105938 e protocolo 172541891 - 19/05/2017. Autenticação: CFEAF0CD1D8EEA9011FF548463587A13A89F5519. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Heraldo de Carvalho Vitória - Secretário e Acionista. Jânio Valeriano Alves - Presidente e Acionista.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG
A Prefeitura Municipal de Juramento/MG, através de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar na data de 14/06/2017, às 08h00min (oito horas), licitação na modalidade Pregão Presencial nº 036/2017, Processo Licitatório nº 050/2017, objetivando a “Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios para confecção de cestas básicas em atendimento às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Juramento/MG”, conforme especificações constantes no Edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3236-1118 - email: licitacaojuramento@gmail.com. Pregoeiro: Francisco Gilvan Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
Aviso de Licitação
Pregão Presencial Nº 052/2017
Torna Público, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, a realização da Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E CARIMBOS. A entrega e a abertura dos envelopes será às 09h00min, do dia 19/06/2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-5005. Marcelo Russo Lima - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
Aviso de Licitação
Torna Público, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, a realização da Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA ARTESANATO, TECIDOS, AVIAMENTOS E AFINS. A entrega e a abertura dos envelopes será às 09h00min, do dia 20/06/2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-5005.
Marcelo Russo Lima
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG –
Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 019/2017 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00h do dia 13 de junho de 2017, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação - Pregão Presencial nº 019/2017, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" para Contratação de prestação de serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde. Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao.pmpj@gmail.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG –
Aviso de Licitação - Tomada de Preços 003/2017 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00h do dia 19 de junho de 2017, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação – Tomada de Preços 003/2017, do tipo "MENOR PREÇO" para Contratação de serviços médicos para realização de cirurgias de grande e médio porte para atender a Secretaria Municipal de Saúde. Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao.pmpj@gmail.com.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SRS.
LUIS OTÁVIO FRANCISCO BARBOSA
O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo-MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento da Credora, do contrato de financiamento imobiliário nº 855551979319-9, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob a matrícula nº 29234, desta Serventia, referente ao imóvel situado na RUA ANTÔNIO MELO, Nº 78 B, CASA 03, LAGOA DE SANTO ANTÔNIO, EM PEDRO LEOPOLDO/MG, CEP: 33.600-000, fica(m) intimado(s) o(s) devedor (es) Srs. LUIS OTÁVIO FRANCISCO BARBOSA, CPF: 053.951.576-03, a cumprir(em) as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos. Os valores dos encargos estarão sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado à Rua Comendador Antônio Alves, 451, Centro, Pedro Leopoldo-MG, e a Caixa Econômica Federal, na Rua Tupinambás, 486 – 8º andar, Centro, em Belo Horizonte - MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora/fiduciária – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – nos termos do artigo 26, § 7º, da Lei n. 9.514/97. Pedro Leopoldo, 17 de Abril de 2017. O Oficial, Césio Rosa Pereira. *C. Rosa Pereira*

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SRS.
JOÃO RAMALHO DA SILVA
O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo-MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento da Credora, do contrato de financiamento imobiliário nº 844440368680-7, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o nº R-03 na matrícula nº 34407, desta Serventia, referente ao imóvel situado na RUA E, Nº 60-A, CASA 02, MORADA DOS ANGICOS, EM PEDRO LEOPOLDO/MG, CEP: 33.600-000, fica(m) intimado(s) o(s) devedor (es) Srs. JOÃO RAMALHO DA SILVA, CPF: 119.922.226-73, a cumprir(em) as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos. Os valores dos encargos estarão sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado à Rua Comendador Antônio Alves, 451, Centro, Pedro Leopoldo-MG, e a Caixa Econômica Federal, na Rua Tupinambás, 486 – 8º andar, Centro, em Belo Horizonte - MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora/fiduciária – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – nos termos do artigo 26, § 7º, da Lei n. 9.514/97. Pedro Leopoldo, 04 de Abril de 2017. O Oficial, Césio Rosa Pereira. *C. Rosa Pereira*

VESTIBULAR 2017

MEDICINA

EXCELÊNCIA E QUALIDADE DE ENSINO

• Método "Problem Based Learning - PBL"

• Hospital Universitário com ampla infraestrutura

• Corpo Docente altamente qualificado

11 de junho

Inscrições Abertas

Montes Claros • (38) 2101-9292 • www.funorte.com.br • facebook.com/funorte



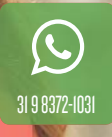
AVISO DE LICITAÇÃO-A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHKEK/MG, torna público que fará realizar no dia 19 de julho de 2017, às 09:00 horas, Concorrência Pública nº: 001/2017, do Concessão de permissão para execução do serviço público de transporte individual de passageiros por meio de taxi no município de Presidente Kubitschek, sob o regime jurídico de permissão, delegada a pessoa física. Maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek, na Rua Agostinho de Oliveira Malaquias, nº: 35, centro. Tel.: (38)3545.1122 / E-mail: licitacao@pk.mg.gov.br. Vanderlene Gonçalves da Silva Ribeiro – Presidente CPL.

COMARCA DE BELO HORIZONTE-EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 30 dias. O Dr. Renato César Jardim, MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente Alca Construções Ltda., inscrita no CNPJ de nº 38.681.110/0001-39, aqui denominada executada, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0024.13.236.945-5, proposta por Satel Safar Terraplenagem Ltda., estando tal executada em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LA para, querendo, efetuar o pagamento da quantia de R\$ 366.705,84 (trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos), a ser acrescida de honorários advocatícios e custas iniciais no prazo de 03(três) dias. No caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. A executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 dias. A executada tem direito de parcelar o débito em até 06(seis) vezes na forma do art. 916 do CPC. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Belo Horizonte, aos 08 dias do mês de maio de 2017. Eu, Osvaldo Celso Moreira, Escrivão Judicial IV, o conferi, subscrevendo-o, por ordem do MM. Juiz de Direito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG
Pregão Presencial 08.048/2017. Extrato de Termo Aditivo. O Município de Araxá e GCT – Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A, firmam aditamento contrato celebrado 10/05/17, vencendo 24/05/18, com a consequente alteração do valor global contratado. Dr. Aracely de Paula, Prefeito Municipal, 10/05/17.
Concorrência 03.001/2012. Extrato de Termo Aditivo. O Município de Araxá e Vecol Terraplanagem e Pavimentação LTDA, firmam aditamento ao contrato celebrado 19/03/12, prorrogando o prazo de vigência para 29/12/2017 e o prazo de execução para 29/09/2017, acrescentando aproximadamente 0,430263% nas quantidades inicialmente contratadas c/ a consequente alteração do valor global contratado. Dr. Aracely de Paula, Prefeito Municipal, 04/04/17.

CLÁUDIO REIS Leiloeiro Oficial **LEILÃO** Dia 27/05/17 Sábado às 9h.
183 Autos, Utilitários, Motos, Caminhões, Ônibus e Reboques
LOCAL DO LEILÃO: Av. Eng. Gerhard Eht, 1.525 - Betim-MG.
Errata: No edital publicado neste jornal na edição de 27/05/2017, onde se lê "Dia 20/05/17" leia-se "Dia 27/05/17".
www.claudioreisleiloeiro.com.br (31) 3343-6008
Bradesco, Banco CNH, CNH CAPITAL, MERCANTIL BRASIL, MAPFRE, recovery
Normas completas e condições de pagamento, constarão no catálogo distribuído no dia do Leilão. Cláudio Luiz Reis Araújo - Leiloeiro Oficial - JUCEMG 668.

▶ HOJE EM DIA NAS REDES SOCIAIS.
SIGA, COMPARTILHE, DÊ LIKES:
VIVA A INFORMAÇÃO.

 @JORNALHOJEEMDIA
 31 9 8372-1031
 /JORNALHOJEEMDIA
 @JORNALHOJEEMDIA

O MAIS COMPLETO
JORNAL DE MINAS ESTÁ
EM TODAS AS REDES SOCIAIS.
É A INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL,
INTERAGINDO COM VOCÊ
E FAZENDO PARTE DA SUA VIDA.

▶ HOJEEMDIA.COM.BR

HOJE EM DIA
VIVA A INFORMAÇÃO

HOJE EM DIA
LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/MG
A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02, **Processo 038/2017 - Pregão Presencial 032/2017 - Tipo menor preço por item - Realização dia 14 de junho de 2017 às 11h00min.** Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo zero km 07 passageiros e 01 (uma) carreta agrícola. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço: Avenida João Bernardino de Souza 714, 823 - Centro, onde o Edital e os Anexos poderão ser retirados, outras informações através do telefone: 038-3843-8110. Novorizonte/MG, 31 de maio de 2017 - **ARLEY COSTA MENDES** - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO CAPARAÓ/MG
A Prefeitura de Alto Caparaó/MG torna público que no dia 14/06/2017, **Às 13h**, estará realizando o **Processo Licitatório Nº 183/2017, Pregão Presencial Nº 12/2017** – Sistema de Registro de Preços. Objeto: **Aquisição de Medicamentos de "A" d "Z" da Tabela CMED/ANVISA, visando atender sentenças judiciais e situações emergenciais.** O edital na íntegra esta disponível no site www.altocaparao.mg.gov.br. Maiores informações no tel.: (32) 3747.2507/2562. Sophia Regina Vilaça Emerick – Presidente da CPL/Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - O Município de Monte Azul/MG, ente federativo inscrito no CNPJ nº 18.650.945/0001-14, estabelecido à Praça Cel. Jonathas, nº 220, centro, em Monte Azul-MG, Cep. 39.500-000, Torna-se pública a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a contrato administrativo, por tempo determinado, conforme o disposto no Art. 37, IX, da Constituição Federal do Brasil e disposições da Lei Municipal nº 306/93, e as Normas constantes do Edital e seu anexo, realizar-se-á no dia 30/06/2017, no horário das 8:00 às 11:00 horas, por ordem de apresentação, na Rua Governador Magalhães Pinto, nº 523-A, Bairro São Geraldo, em Monte Azul-MG, Cep. 39.500-000 (Prédio do Pré-Escolar D. Baratinha). As inscrições ocorrerão entre os dias 19/06/2017 à 23/06/2017, no horário das 8:00 às 12 horas, na Rua Vereadora Joana Rodrigues Carvalho, nº 480, Bairro São Geraldo, em Monte Azul-MG, Cep. 39.500-000, (antiga Rua 13 de Maio). O Resultado final será publicado no dia 10/07/2017, no Quadro de Avisos Oficial da Prefeitura Municipal. O presente edital será publicado na íntegra no site oficial municipal: www.monteazul.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017
Torna público que se fará realizar abertura de Licitação, na modalidade “Pregão Presencial nº 41/2017”, sob a forma de SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo Menor Preço, Julgamento por ITEM, cujo objeto é a Contratação Futura de Profissional ou Empresa do Ramo da Engenharia de Arquitetura, Engenharia Civil e Elétrica, para Elaboração de Projetos Diversos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o especificado no Termo de Referência que é parte integrante deste Edital. **Sessão dia 14/06/2017 às 09h00min.** As informações inerentes a presente publicação estarão disponíveis aos interessados na Prefeitura Municipal de Manhuaçu - Setor de Licitações, situada à Praça Cordovil Pinto Coelho, 460 - Centro. Tel: (33) 3339-2712 no horário de 09h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min. **Através do e-mail: licitamanhuacu@yahoo.com.br ou através do site: www.manhuacu.mg.gov.br.**
Manhuaçu/MG, 30 de Maio de 2017.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONVITE n.º 18/2017 – para “Contratação de empresa especializada em produção e gravação de spot's para divulgar as ações da Prefeitura de Sarzedo de interesse da população, EXCLUSIVAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE MEI/MPE's, nos termos do artigo 48, da LC 123/2006, com redação dada pela LC 147/2014”, no dia 09/06/2017, às 09:30hs, no Setor de Compras, a Rua Antônio Dias dos Santos, 148, Centro, Sarzedo/MG. O edital e anexos encontram-se a disposição no site da Prefeitura www.sarzedo.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail comprasaude@sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo/MG, 31 de maio de 2017.
Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial n.º 46/2017 – para “Aquisição de fraldas descartáveis e materiais de higiene pessoal para atender as demandas da Atenção Básica, da Polícia Municipal e da Secretaria de Educação, COM PRIORIDADE DE DISPUTA E CONTRATAÇÃO DE MEI/MPE's, nos termos do artigo 48, da LC 123/2006”, no dia 13/06/2017, às 09:30hs, no Setor de Compras, a Rua Antônio Dias dos Santos, 148, Centro, Sarzedo/MG. O edital e anexos encontram-se a disposição no site da Prefeitura www.sarzedo.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail comprasaude@sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo/MG, 31 de maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO
NOTIFICAÇÃO PROJUR/SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
O Município de Pedro Leopoldo, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 23456650-0001/41, por intermédio desta, **NOTIFICA** a empresa **LELES ALMEIDA E COSTA – MONTAGEM E MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA LTDA - ME**, na pessoa do seu representante legal, de que em virtude de sua mora com a execução do contrato nº 002/2015, foi aberto procedimento administrativo em seu desfavor, o qual se encontra à sua disposição, para análise, na Procuradoria Geral do Município. Desta forma, a empresa **LELES ALMEIDA E COSTA – MONTAGEM E MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA LTDA - ME** na pessoa do seu representante, fica **NOTIFICADA** para que, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, compareça à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município para tratar da regularização da prestação de seus serviços, na forma estabelecida no Contrato 002/2015, Edital e seus anexos, a contar do recebimento da presente notificação e, ainda, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento desta, apresente, querendo, defesa em face da presente NOTIFICAÇÃO. Eventuais esclarecimentos complementares deverão ser solicitados junto à própria **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**. O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO implicará na tomada das medidas **administrativas e judiciais** cabíveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima torna público que fará realizar o **Pregão Presencial nº 055/2017. Objeto:** contratação de empresa de locação de mão-de-obra terceirizada para as áreas de serviços gerais, zeladoria, recepção e ajudante de pedreiro. Data de realização 12/06/2017 às 09:00hs. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Transparência/Publicações.
Nova Lima, 30 de maio de 2017
Daniel Santana Soares, Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, através de sua Pregoeira, torna público às empresas interessadas, que foi alterada a data de abertura do **Pregão Registro de Preço 052/2017 "aquisição de material médico hospitalar para realização de exames ginecológicos nas unidades de atenção básica"** para o dia **21/06/2017**, mantendo os horários e todas as exigências do edital.
Nova Lima, 31 de Maio de 2017.
Érica Aves Pereira, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI/MG
A Prefeitura Municipal de Catuti/MG - Torna Público o aviso de licitação, referente ao **PROCESSO Nº 046/2017 - PREGÃO Nº 024/2017**, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviço para os eventos de formação continuada e capacitação dos docentes e demais servidores das Secretarias de Educação, Saúde, Administração, Assistência Social, bem como seus departamentos - Credenciamento: 13/06/2017 às 08:30h. Abertura 13/06/2017 às 08:45h. Interessados manter contato (38) 3813-8110 ou diretamente na sede do município, na Pça. Presidente Vargas, 01, Centro, Catuti-MG, 30/05/2017.
Elmiro José Cardoso - Pregoeiro

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV
AVISO DE LICITAÇÃO – Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 072/2017 – CREDENCIAMENTO Nº 002/2017 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017**, tendo por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS À SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS A PACIENTES ASSISTIDOS PELO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**, mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data para entrega da documentação:** do dia 03/07 a 05/07/2017, nos horários de 8 (oito) horas às 11 (onze) horas e de 14 (quatorze) horas às 16 (dezesseis) horas. **Data da sessão pública no dia:** 06/07/2017, às 8 (oito) horas. **Informações/Edital:** Serviço de Compras – Telefones: (35) 3690 – 1008 – 1009 – 1010 e 1011 – e-mail: edital@fhomuv.com.br.

MUNICÍPIO DE JOSENÓPOLIS/MG
O MUNICÍPIO DE JOSENÓPOLIS-MG, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede à Rua Santos Pestana, 20 - Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 14/06/2017 às 08h30min, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 30/2017**, tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para a aquisição de materiais, instrumentos e equipamentos odontológicos em geral. Informações no endereço acima mencionado no horário de 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min ou através do fone (38) 3736-9042 ou e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com
José Guilherme Teixeira - Segundo Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
A PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 - Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 13/06/2017 às 09h00min, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 31/2017**, tipo menor preço por item, objetivando o registro de preços para aquisição de lubrificantes, filtros e aditivos em geral. Informações no endereço acima mencionado no horário de 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min ou através do fone (38) 3736-9042 ou e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com
Jose Guilherme Teixeira - Segundo Pregoeiro.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 020/2017
Na conformidade do artigo 26, caput, da Lei 8.666/93, o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sude - CIMAMS, torna público a Contratação através da Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2017, Processo Nº 020/2017. Contratada: **INTERVISA O EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.924.581/0001-98. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÍDIA TELEVISADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS, JUNTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.** Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei Federal Nº 8.666/93 - Ratificação e Homologação em 31/05/2017 pelo Sr. Presidente Edmarcio Moura Leal. Informações pelo fone: (38)9 9970-3832, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br. Maria Cecília Prodócio Fernandes - Presidente da CPL

CESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO - REPROGRAFIA E PAPELARIA
O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS - (CEFET/MG) torna público que realizará no dia 14/06/2017 às 09h00min, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 24/2017, tipo Maior Oferta, cujo objeto é a Cessão de Uso do espaço físico (7,85m²) destinado a exploração de papelaria e reprografia no Campus Curvelo do CEFET/MG, destinado **exclusivamente a participação de microempresa e/ou empresa de pequeno porte**, conforme especificações e demais condições constantes no edital 24/2017 e seus anexos. Este edital poderá ser retirado gratuitamente através do sítio eletrônico: www.cefetmg.br icone licitações ou solicitado através dos correios eletrônicos: djalma@adm.cefetmg.br, leonardo@adm.cefetmg.br ou jaqueline@curvelo.cefetmg.br
Djalma de Jesus Oliveira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS – MG - AVISO DE RESULTADO DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017. Data: 23/05/2017. Objeto: Contratação de Pavimentação Asfáltica nos Bairro Veredas e Canaã. Empresa vencedora: HL Terraplenagem LTDA. Valor Total do Processo R\$ 656.836,83. Buritis – MG. Rildo José Mesquita. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – Extrato de Contrato 287/2017 – Tomada de Preço nº 003/2017 – Processo Licitatório nº 003/2017. Empresa: HL Terraplenagem LTDA. Valor: R\$ 656.836,83 (Seiscentos e Cinquenta e Seis Mil Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Três Centavos). Objeto: Contratação de Pavimentação Asfáltica nos Bairro Veredas e Canaã. Vigência do Contrato: 60 (sessenta) Dias. Buritis – MG. Rildo José Mesquita. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG
Aviso de licitação. **TOMADA DE PREÇOS 004/2017.** O Município de Guaxupé - MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública a realização da TOMADA DE PREÇOS 004/2017, Processo nº 119/2017, empreitada tipo menor preço global, destinada a seleção e contratação de empresa ou técnico especializado para elaboração de projetos complementares para a canalização de trecho do córrego Bebedouro e infraestrutura do entorno (ponte do Taboão). O edital completo estará à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Rua Tiradentes, 19, Centro, Guaxupé/MG, fone (35) 3559-1021, a partir do dia **09 de junho de 2017** e também no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde poderá ser baixado. Entrega dos envelopes até o dia **27 de junho de 2017, às 09:00 horas**, abertura no mesmo dia às **09:00 horas** na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Rua Tiradentes, 19, Centro, Guaxupé/MG, fone (35) 3559-1021, devendo as empresas e os técnicos especializados interessados se **cadastrarem** na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé até o dia **22 de junho de 2017** e realizarem a **VISITA TÉCNICA**, que deverá ser agendada na Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, situada na Rua Francisco Ribeiro do Valle, 174 - Centro - Guaxupé/ MG ou pelo telefone (35) 3559-1090, para serem realizadas entre os dias 12 a 26 de junho de 2017, nos horários das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas. Maiores informações na Secretaria Municipal de Administração de Guaxupé e no site www.guaxupe.mg.gov.br. Guaxupé, 31 de maio de 2017. Rafael Augusto Olinto - Secretário Municipal de Administração.